

Wilson Sons Limited

**Demonstrações financeiras
consolidadas
Exercícios findos em 31 de
dezembro de 2016 e 2015 com
relatório dos Auditores
Independentes**

(Tradução livre para português a partir do
documento emitido originalmente em
inglês)

Conteúdo

Relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas	3-8
Demonstrações consolidadas do resultado do exercício e outros resultados abrangentes	9
Balanços patrimoniais consolidados	10
Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido	11-12
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	14-79



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Wilson Sons Limited

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Wilson Sons Limited (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas de prestação de serviços (notas 2.1 e 4)

A Companhia reconhece a receita quando os serviços em seus terminais portuários, operações de rebocagem, logística, apoio marítimo a plataformas de petróleo e gás natural e serviços de agenciamento marítimo são prestados. O reconhecimento destas receitas pode estar susceptível a erros na determinação de quando os riscos e benefícios foram transferidos, tendo em vista o grande volume de transações e diversidade geográfica das operações em andamento no final do exercício. Isso pode resultar em receitas reconhecidas no período incorreto.

Nossa abordagem de auditoria

Para avaliar a tempestividade do reconhecimento de receitas de prestação de serviços, estivemos presentes em várias localidades, incluindo terminais portuários (Tecon Salvador e Tecon Rio Grande) e uma das unidades de operação de rebocagem da Companhia, avaliando as políticas de reconhecimento de receita observando-se as normas contábeis relevantes. Nossos procedimentos incluíram testes de controles-chave em todos os segmentos relevantes, considerando uma amostragem de receitas reconhecidas ao longo do ano e no final do exercício, com base nos termos contratuais específicos, e realização de procedimentos analíticos substantivos para cada um dos segmentos. Também consideramos a adequação das divulgações da política contábil da Companhia com relação ao reconhecimento de receita.

Determinando o percentual de conclusão para os contratos de construção de embarcações (notas 2.1 e 4)

A Companhia reconhece as receitas de construção de embarcações com base no estágio de conclusão dos contratos, que é determinado pela proporção entre os custos incorridos referentes ao trabalho realizado até a data de reporte e o custo total estimado para o contrato. Portanto, o reconhecimento da receita considera estimativas relativas ao custo final de cada contrato, que inerentemente envolvem estimativas e podem ser suscetíveis a distorções relevantes.

Nossa abordagem de auditoria

Na avaliação da receita de construção de embarcações, nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de controles e revisão de todos os contratos relevantes, avaliando as estimativas mais significativas e complexas incorporadas aos custos previstos para a conclusão do contrato. Obtivemos orçamento detalhado dos projetos da Companhia para suportar as estimativas feitas, e indagamos o pessoal responsável pela operação, departamento comercial e área financeira sobre os julgamentos aplicados. Avaliamos o desempenho financeiro dos contratos considerando os orçamentos e as tendências históricas, para avaliar a precisão das projeções.

Realizamos ainda visitas ao local para inspecionar fisicamente a fase de conclusão dos projetos, por meio de observação e indagação aos responsáveis pelos projetos. Além disso, analisamos os julgamentos da Companhia em relação aos custos previstos de execução dos contratos considerando nossas próprias avaliações, resultados históricos e parâmetros da indústria. Também examinamos as cláusulas-chave para os contratos selecionados, e avaliamos se essas cláusulas foram devidamente refletidas nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Consideramos a adequação das divulgações da Companhia com relação ao reconhecimento de receita em contratos de construção de embarcações.

Risco de redução ao valor recuperável para ágio e intangíveis referentes a combinação de negócios (nota 9)

Os investimentos da Companhia no Tecon Rio Grande, Tecon Salvador e Brasco Caju (Briclog) deram origem a ágio e ativos intangíveis na aquisição. Existe um risco de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis significativos devido à possível diminuição de demanda ou variação de base de custos nessa indústria. Devido ao risco inerente e à incerteza envolvida na projeção de fluxos de caixa futuros descontados nesta indústria, que são a base da avaliação de recuperabilidade, esta é uma das principais áreas que envolve julgamento na qual nossa auditoria se concentrou.

Nossa abordagem de auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testar as projeções da Companhia, considerando a exatidão histórica das projeções anteriores. Comparamos resultados e projeções do ano corrente com as projeções preparadas em períodos anteriores, e analisamos variações significativas. Também comparamos os pressupostos considerados nos fluxos de caixa para os terminais portuários da Companhia com os contratos subjacentes, para corroborar as receitas estimadas e data de término de cada contrato. Além disso, consideramos nossa própria experiência e discussões com os responsáveis pelas operações para avaliar a probabilidade da movimentação estimada, incluída nos fluxos de caixa futuros projetados. Utilizamos especialistas em avaliação de finanças corporativas para nos ajudar na avaliação dos pressupostos e julgamentos considerados pelos diretores dos negócios, relacionados ao crescimento econômico projetado, inflação, taxas de câmbio, bases de custo, valores e taxas de desconto usadas para estimar valores recuperáveis.

Comparamos os pressupostos da Companhia com dados de origem externa, parâmetros da indústria, e nossas expectativas com base em nosso conhecimento do cliente e experiência da indústria em que atua. Como parte deste procedimento, foram avaliadas as sensibilidades sobre as estimativas e julgamentos divulgados na nota 9.

Avaliamos ainda se as divulgações da Companhia sobre a sensibilidade para avaliação de redução ao valor recuperável, considerando mudanças nas premissas-chave, refletiam os riscos inerentes à avaliação do ágio e ativos intangíveis relacionados a combinações de negócios.

Contingências (nota 17)

A Companhia é parte em elevado volume de ações judiciais referentes a processos civis, trabalhistas e tributários. Essas contingências são potencialmente significativas, e a aplicação de normas contábeis para determinar o montante, se houver, a ser reconhecido como um passivo da Companhia ou divulgado em nota explicativa é inerentemente subjetiva. Ao determinar esses montantes os diretores usam seu julgamento, e recebem apoio de consultores externos onde necessário, a fim de concluir sobre a melhor estimativa de provisões a serem registradas ou divulgações a serem efetuadas nas demonstrações financeiras. Esta é uma das áreas-chave nas quais nossa auditoria se concentrou, considerando o impacto que uma causa relevante poderia ter sobre o balanço patrimonial e demonstrações do resultado do exercício.



Nossa abordagem de auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção de entendimento junto aos diretores e assessores jurídicos internos sobre a base para formação de estimativas, questionando o racional considerado com referência às últimas informações corroborativas disponíveis, e avaliação da comunicação com consultores externos da Companhia para as causas onde tal envolvimento foi considerado necessário. Além disso, obtivemos confirmações formais diretas dos advogados externos da Companhia para todos os litígios. Em relação às causas tributárias, além do acima mencionado, envolvemos nossos especialistas em impostos para avaliar as posições fiscais relevantes da Companhia, bem como correspondência com as autoridades fiscais. Também consideramos a adequação das divulgações da Companhia sobre as contingências.

Outras informações

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasil, Rio de Janeiro, 23 de Março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Original em inglês assinado por
Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

Wilson Sons Limited

Demonstrações consolidadas do resultado do exercício e outros resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de dólares e reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Notas	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Receita	4	457.161	509.268	1.585.363	1.683.248
Custos de matéria-prima e bens de consumo		(37.741)	(55.760)	(130.478)	(181.731)
Despesa com pessoal	5	(143.285)	(146.321)	(496.855)	(478.890)
Depreciação e amortização		(52.584)	(53.213)	(182.298)	(174.787)
Outras despesas operacionais	6	(122.689)	(138.063)	(426.132)	(460.132)
Ganho (perda) na alienação de bens do ativo imobilizado		745	(1.294)	2.314	(4.966)
Resultado operacional		101.607	114.617	351.914	382.742
Resultado de participação em empreendimentos controlados em conjunto	23.2	8.073	4.843	26.510	17.211
Receitas financeiras	7	23.042	12.583	81.038	41.977
Despesas financeiras	7	(17.621)	(45.403)	(61.038)	(149.707)
Ganho (perda) cambiais na conversão	7	6.839	(15.806)	23.752	(51.584)
Lucro antes dos impostos		121.940	70.834	422.176	240.639
Imposto de renda e contribuição social	8	(36.836)	(39.455)	(128.894)	(131.786)
Lucro líquido do exercício		85.104	31.379	293.282	108.853
Atribuível a:					
Acionistas controladores		84.892	30.184	292.550	105.120
Participação de não controladores		212	1.195	732	3.733
		85.104	31.379	293.282	108.853
Outros resultados abrangentes					
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado					
Diferenças de câmbio na conversão		32.679	(81.887)	(172.470)	312.933
Benefício pós-emprego		1.130	(108)	3.683	(422)
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado					
Parcela efetiva das variações no valor justo do hedge de fluxo de caixa		1.513	(1.495)	4.769	(4.746)
Resultado abrangente total do exercício		120.426	(52.111)	129.264	416.618
Resultado abrangente total do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores		120.096	(52.313)	128.687	413.239
Participação de não controladores		330	202	577	3.379
		120.426	(52.111)	129.264	416.618
Lucro por ação das operações continuadas					
Básico (centavos por ação)	21	119,32c	42,43c	411,21c	147,76c
Diluído (centavos por ação)	21	114,77c	40,74c	395,52c	141,88c

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Wilson Sons Limited

Balanço patrimonial consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de dólares e reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Notas	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Ativo					
Ativo não circulante					
Ágio	9	30.607	27.389	99.751	106.950
Outros ativos intangíveis	10	30.444	26.274	99.220	102.595
Imobilizado	11	646.922	557.185	2.108.383	2.175.696
Impostos diferidos ativos	16	29.055	32.128	94.693	125.453
Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto	23	22.230	18.301	72.450	71.462
Outros recebíveis	13	55.070	44.328	179.479	173.092
Outros ativos não circulantes		13.408	8.018	43.698	31.309
Total dos ativos não circulantes		827.736	713.623	2.697.674	2.786.557
Ativo circulante					
Estoques	12	15.427	28.285	50.278	110.447
Contas a receber operacional	13	54.247	43.540	176.797	170.016
Outros recebíveis	13	27.018	36.660	88.053	143.150
Investimentos de curto prazo	14	37.400	40.723	121.890	159.015
Caixa e equivalentes de caixa	14	75.001	90.401	244.436	352.998
Total dos ativos circulantes		209.093	239.609	681.454	935.626
Total do ativo		1.036.829	953.232	3.379.128	3.722.183
Patrimônio líquido e passivo					
Capital e reservas					
Capital social	21	9.905	9.905	26.815	26.815
Reservas de capital		89.196	94.324	187.817	208.550
Reservas de lucros e derivativos		61	(1.490)	(928)	(5.852)
Opções de ações		9.790	6.380	23.461	15.346
Lucros acumulados		463.094	412.644	1.062.104	891.601
Ajuste acumulado de conversão		(56.328)	(88.851)	381.507	553.977
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora		515.718	432.912	1.680.776	1.690.437
Participação de não controladores		770	1.096	2.510	4.279
Total do patrimônio líquido		516.488	434.008	1.683.286	1.694.716
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	325.750	322.265	1.061.651	1.258.380
Impostos diferidos passivos	16	48.974	52.631	159.611	205.513
Derivativos	25	1.182	1.547	3.852	6.040
Benefício pós-emprego	20.2	648	1.308	2.111	5.108
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17	20.037	13.922	65.303	54.363
Obrigações assumidas por meio de arrendamento financeiro	18	1.085	1.536	3.536	5.998
Total dos passivos não circulantes		397.676	393.209	1.296.064	1.535.402
Passivo circulante					
Contas a pagar operacional	19	49.042	57.631	159.833	225.038
Outras contas a pagar	19	18.621	20.631	60.687	80.560
Derivativos	25	712	1.339	2.322	5.228
Passivos fiscais correntes		3.299	3.732	10.751	14.574
Obrigações assumidas por meio de arrendamento mercantil financeiro	18	1.211	1.192	3.947	4.655
Empréstimos e financiamentos	15	49.780	41.490	162.238	162.010
Total dos passivos circulantes		122.665	126.015	399.778	492.065
Total do passivo		520.341	519.224	1.695.842	2.027.467
Total do patrimônio líquido e passivo		1.036.829	953.232	3.379.128	3.722.183

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Wilson Sons Limited

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de dólares e reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Notas	Reservas de capital					Reservas de lucros US\$	Opções de ações US\$	Lucros acumulados US\$	Ajuste acumulado de conversão US\$	Patrimônio atribuível aos acionistas da controladora US\$	Participação de não controladores US\$	Total US\$
		Capital social US\$	Ágio na emissão de ações US\$	Outras US\$	Pagamento adicional de capital US\$	Derivativos US\$							
Saldos em 01 de janeiro de 2015	21	9.905	67.951	28.383	(2.010)	(2.574)	1.981	3.066	411.595	(7.845)	510.452	2.880	513.332
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	30.184	-	30.184	1.195	31.379
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-	-	(108)	-	(108)	-	(108)
Parcela efetiva das variações no valor justo do hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	(1.383)	-	-	-	-	(1.383)	(112)	(1.495)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	(81.006)	(81.006)	(881)	(81.887)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	(1.383)	-	-	30.076	(81.006)	(52.313)	202	(52.111)
Derivativos		-	-	-	-	486	-	-	-	-	486	-	486
Opções de ações		-	-	-	-	-	-	3.314	-	-	3.314	-	3.314
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(29.027)	-	(29.027)	(1.986)	(31.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	21	<u>9.905</u>	<u>67.951</u>	<u>28.383</u>	<u>(2.010)</u>	<u>(3.471)</u>	<u>1.981</u>	<u>6.380</u>	<u>412.644</u>	<u>(88.851)</u>	<u>432.912</u>	<u>1.096</u>	<u>434.008</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	84.892	-	84.892	212	85.104
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-	-	1.130	-	1.130	-	1.130
Parcela efetiva das variações no valor justo do hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	1.551	-	-	-	-	1.551	(38)	1.513
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	32.523	32.523	156	32.679
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	1.551	-	-	86.022	32.523	120.096	330	120.426
Opções de ações		-	-	-	-	-	-	3.410	-	-	3.410	-	3.410
Aquisição de participação de não controladores (Tecon SSA)		-	-	-	(5.128)	-	-	-	-	-	(5.128)	(271)	(5.399)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(35.572)	-	(35.572)	(385)	(35.957)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	21	<u>9.905</u>	<u>67.951</u>	<u>28.383</u>	<u>(7.138)</u>	<u>(1.920)</u>	<u>1.981</u>	<u>9.790</u>	<u>463.094</u>	<u>(56.328)</u>	<u>515.718</u>	<u>770</u>	<u>516.488</u>

(continua)

Wilson Sons Limited

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de dólares e reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Notas	Reservas de capital					Reservas de lucros	Opções de ações	Lucros acumulados	Ajuste acumulado de conversão	Patrimônio atribuível aos acionistas da controladora	Participação de não controladores	Total
		Capital social	Ágio na emissão de ações	Outras	Pagamento adicional de capital	Derivativos							
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Saldos em 01 de janeiro de 2015	21	26.815	136.396	76.018	(3.864)	(5.994)	3.342	7.453	874.651	241.044	1.355.861	7.650	1.363.511
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	105.120	-	105.120	3.733	108.853
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-	-	(422)	-	(422)	-	(422)
Parcela efetiva das variações no valor justo do hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	(4.392)	-	-	-	-	(4.392)	(354)	(4.746)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	312.933	312.933	-	312.933
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	(4.392)	-	-	104.698	312.933	413.239	3.379	416.618
Derivativos		-	-	-	-	1.192	-	-	-	-	1.192	-	1.192
Opções de ações		-	-	-	-	-	-	7.893	-	-	7.893	-	7.893
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(87.748)	-	(87.748)	(6.750)	(94.498)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	21	<u>26.815</u>	<u>136.396</u>	<u>76.018</u>	<u>(3.864)</u>	<u>(9.194)</u>	<u>3.342</u>	<u>15.346</u>	<u>891.601</u>	<u>553.977</u>	<u>1.690.437</u>	<u>4.279</u>	<u>1.694.716</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	292.550	-	292.550	732	293.282
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-	-	3.683	-	3.683	-	3.683
Parcela efetiva das variações no valor justo do hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	4.924	-	-	-	-	4.924	(155)	4.769
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	(172.470)	(172.470)	-	(172.470)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	4.924	-	-	296.233	(172.470)	128.687	577	129.264
Opções de ações		-	-	-	-	-	-	8.115	-	-	8.115	-	8.115
Aquisição de participação de não controladores (Tecon SSA)		-	-	-	(20.733)	-	-	-	-	-	(20.733)	(1.096)	(21.829)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(125.730)	-	(125.730)	(1.250)	(126.980)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	21	<u>26.815</u>	<u>136.396</u>	<u>76.018</u>	<u>(24.597)</u>	<u>(4.270)</u>	<u>3.342</u>	<u>23.461</u>	<u>1.062.104</u>	<u>381.507</u>	<u>1.680.776</u>	<u>2.510</u>	<u>1.683.286</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Wilson Sons Limited

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de dólares e reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	27	94.834	154.493	326.766	515.369
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Juros recebidos		7.442	11.698	26.061	39.839
Resultado na venda de imobilizado		3.174	987	8.467	3.397
Aquisições de ativo imobilizado		(96.209)	(65.779)	(339.074)	(215.082)
Outros ativos intangíveis		(5.277)	(2.238)	(18.932)	(8.404)
Investimentos de curto prazo		3.323	(16.723)	11.140	(55.833)
Aquisição de participação não controladores		(1.855)	-	(7.500)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(89.402)	(72.055)	(319.838)	(236.083)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos		(35.572)	(29.027)	(125.730)	(87.748)
Dividendos pagos a não controladores		(385)	(1.986)	(1.250)	(6.750)
Pagamentos de empréstimos		(40.965)	(49.894)	(142.552)	(163.091)
Pagamentos de arrendamento mercantil financeiro		(1.086)	(1.081)	(3.757)	(3.639)
Pagamentos de derivativos		(1.016)	(445)	(3.543)	(1.639)
Novos empréstimos bancários obtidos		46.604	31.881	155.272	112.284
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(32.420)	(50.552)	(121.560)	(150.583)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(26.988)	31.886	(114.632)	128.703
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		90.401	85.533	352.998	227.193
Efeito da variação cambial		11.588	(27.018)	6.070	(2.898)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		75.001	90.401	244.436	352.998

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de dólares e reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Informações gerais

A Wilson Sons Limited ("Grupo" ou "Companhia") é uma Companhia limitada sediada em Bermudas, de acordo com o Ato das Companhias de 1981. O endereço do escritório do Grupo é Clarendon House, 2 Church Street, Hamilton, HM11, Bermudas. O Grupo é um dos maiores operadores integrados de logística portuária e marítima e soluções de cadeia de suprimentos no Brasil. Com mais de 179 anos no mercado brasileiro, a Companhia tem desenvolvido uma rede de amplitude nacional e presta uma variedade de serviços para os participantes do comércio internacional e da indústria de petróleo e gás, em particular no setor portuário e marítimo. As principais atividades da Companhia são divididas nos seguintes segmentos: rebocagem e agenciamento marítimo, terminal portuário, embarcações offshore, logística e estaleiro.

2 Políticas contábeis relevantes e estimativas contábeis

2.1 Principais políticas contábeis

Declaração de cumprimento

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis - IASB.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em dólares americanos que é a moeda do ambiente econômico principal no qual o Grupo opera. Empresas com moeda funcional diferente do dólar norte-americano foram consolidadas de acordo com as políticas contábeis descritas a seguir. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em dólar foram aproximadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos derivativos, que são mensurados pelo valor justo, conforme relatado nas práticas contábeis.

Conforme permitido pelo IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, a Companhia apresenta também as demonstrações financeiras consolidadas considerando o real (R\$) como moeda de apresentação. Os seguintes procedimentos foram aplicados:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado foram convertidos pela taxa de câmbio vigente no fim de cada período apresentado nestas demonstrações financeiras consolidadas;
- As receitas e despesas para cada demonstração do resultado abrangente e demonstração do resultado do exercício consolidadas foram convertidas pela taxa de câmbio média do período, e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes foram reconhecidas como ajuste acumulado de conversão em outros resultados abrangentes.

Reclassificação

Com o objetivo de melhorar a apresentação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia decidiu reclassificar as despesas com contingências para despesa com pessoal, despesa de imposto de renda e contribuição social e receitas de acordo com a natureza das reivindicações legais. As despesas com contingências eram anteriormente apresentadas como outras despesas operacionais.

Os valores anteriormente divulgados e reclassificados estão demonstrados a seguir:

	Conforme divulgado	Reclassificado	Conforme divulgado	Reclassificado
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2015
	US\$	US\$	R\$	R\$
Receitas	-	346	-	1.184
Despesa com pessoal	-	(3.679)	-	(12.571)
Outras despesas operacionais	(3.706)	(622)	(12.665)	(2.126)
Imposto de renda e contribuição social	-	249	-	848
Total	<u>(3.706)</u>	<u>(3.706)</u>	<u>(12.665)</u>	<u>(12.665)</u>

As informações consolidadas dos fluxos de caixa anteriormente divulgadas também foram reclassificadas para refletir a natureza das reivindicações legais de acordo com os valores acima mencionados.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas subsidiárias). O controle é alcançado quando a Companhia possui o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da empresa, obtendo benefícios das suas atividades.

Subsidiárias são empresas controladas pelo Grupo. As demonstrações financeiras das subsidiárias estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos na demonstração consolidada do resultado do exercício a partir da data da sua aquisição e até à data da sua alienação, conforme aplicável. O total do resultado das subsidiárias é atribuído aos acionistas da controladora e a participação dos não-controladores, mesmo sendo este resultado um prejuízo.

Todas as transações entre as Companhias do Grupo, saldos patrimoniais, receitas e despesas são eliminadas totalmente na consolidação.

Participações de não controladores em subsidiárias são identificadas separadamente do patrimônio líquido do Grupo. As participações de acionistas não controladores podem ser inicialmente mensuradas a valor justo ou pela participação proporcional dos não controladores sobre o ativo líquido identificável da adquirida. A opção de mensuração é feita aquisição por aquisição. Após a aquisição, o valor contábil da participação dos não controladores consiste no montante dessas participações na data da negociação mais as mudanças ocorridas no patrimônio líquido. O resultado abrangente é atribuído à participação do não controlador, mesmo sendo este resultado um prejuízo.

Participações em Investimentos

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto é um acordo contratual onde o Grupo possui direitos sobre o ativo líquido do acordo, e não sobre ativos e passivos específicos do empreendimento.

Os investimentos em Empreendimentos controlados em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no resultado do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa em controle conjunto cesse.

Participações em operações conjuntas

Operação conjunta refere-se a acordo contratual pelo qual o Grupo e outras partes empreendem uma atividade econômica que esteja sujeita a controle em conjunto, que se dá quando as decisões estratégicas e de políticas financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime das partes.

Os ativos de operações conjuntas e quaisquer passivos incorridos em conjunto são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade relevante e classificados de acordo com sua natureza. A participação dos ativos, passivos, receitas e despesas das entidades de operação conjunta do Grupo é reconhecida linha a linha, nos itens equivalentes das demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos das participações em empreendimentos controlados em conjunto e operações conjuntas, que estão listadas na Nota 23.

Moeda funcional

A moeda funcional para cada entidade do Grupo é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Transações em outras moedas, que não a moeda funcional da entidade (moeda estrangeira), são convertidas pela taxa de câmbio corrente da data da transação. Ao final de cada período de divulgação, ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio do respectivo período.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira não são reconvertidos.

Na consolidação, os itens de resultado das entidades com moeda funcional que não seja o dólar são convertidos para dólares a moeda funcional do Grupo, pela taxa de câmbio média do período. Os itens do balanço patrimonial são convertidos pela taxa de câmbio do fim do período. As diferenças cambiais decorrentes da consolidação das entidades com moedas funcionais diferentes do dólar são classificadas como outros resultados abrangentes.

Benefícios a Empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal corresponde ao serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se o Grupo tiver uma obrigação legal presente ou provável de pagar esse valor em função de serviço já prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada com segurança.

Plano de opções de ações

Para transações de opções de ações com liquidação em ações, o Grupo deve mensurar as opções outorgadas, e o correspondente aumento no patrimônio líquido, diretamente, pelo valor justo das opções outorgadas.

Após o reconhecimento inicial e mensuração da estimativa do número de instrumentos patrimoniais para os quais os serviços e as condições de performance que não são de mercado e que se espera serem satisfeitas, são revisadas durante o período de carência. O montante acumulado reconhecido é baseado no número de instrumentos patrimoniais para os quais são esperados os serviços e condições que não são de mercado que se esperam serem satisfeitas. Não são efetuados ajustes em relação a condições de mercado.

Planos de benefícios de saúde definidos

A obrigação líquida do Grupo em relação a planos de benefícios de saúde definidos é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão em troca dos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor atual. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor justo dos ativos do plano são deduzidos.

O cálculo do passivo do plano de benefícios de saúde definido é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método da unidade de crédito projetada. Quando o cálculo resulta em um passivo potencial para o Grupo, o passivo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de futuras contribuições para o plano. Para calcular o valor presente dos passivos econômicos, são considerados todos os requisitos mínimos de financiamento aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida de benefício de saúde definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano (excluindo juros) e o efeito de regra do intervalo (se for o caso, excluindo juros), são imediatamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido dos passivos (ativos) para o período multiplicando-os pela taxa de desconto usada para mensurar a obrigação do plano de benefícios de saúde definido. Passivos (ativos) de benefícios definidos para o período levam em consideração o saldo no início do período coberto pelas demonstrações financeiras e quaisquer mudanças nos passivos (ativos) dos benefícios de saúde definidos durante o período devido ao pagamento de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas com planos de benefícios de saúde definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo reconhece os ganhos e perdas no pagamento de um plano de benefícios de saúde definido quando ocorre o pagamento.

Outros benefícios de longo prazo

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo refere-se ao valor de benefício futuro que os empregados recebem em troca do serviço prestado no ano corrente e nos anos anteriores. Este benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Novas mensurações são reconhecidas na demonstração do resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando o Grupo já não pode retirar a oferta de tais benefícios e quando o Grupo reconhece os custos de reestruturação. Se os pagamentos forem liquidados em mais de 12 meses a partir da data do balanço, eles são descontados aos seus valores presentes.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social representam a soma dos impostos correntes e impostos diferidos.

O imposto corrente é baseado no lucro tributável do exercício. Lucro tributável difere do lucro, conforme apresentado na demonstração do resultado, tendo em vista que o lucro tributável exclui ou inclui itens de receita ou despesa que serão tributáveis ou dedutíveis em outros anos e ainda exclui itens que nunca serão tributáveis ou dedutíveis. As despesas de impostos correntes do Grupo são calculadas com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

O imposto diferido é o imposto que a Companhia espera pagar ou recuperar sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais (como, por exemplo, diferenças entre o valor contábil de um ativo ou passivo nas demonstrações financeiras e a base fiscal tributária utilizada para cômputo do lucro tributável). Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos até o limite em que é provável que esses ativos sejam recuperáveis por meio de suficiente lucro tributável.

Estes impostos diferidos ativos e passivos não são reconhecidos se as diferenças temporárias originam-se de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto em uma combinação de negócios) de um ativo ou passivo em uma transação que não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em subsidiárias ou associadas e participações em controladas em conjunto, exceto quando o Grupo pode controlar a reversão da diferença temporária e é provável que não haja reversão da diferença temporária num futuro próximo. Impostos diferidos ativos originados de diferenças temporárias dedutíveis associados a estes investimentos e participações são somente reconhecidos quando é provável que haverá lucro tributável suficiente para utilizar os benefícios das diferenças temporárias e podem ser revertidos em um futuro próximo.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado ao final de cada período de divulgação e reduzido até o limite em que não seja mais provável que haja lucro tributável suficiente para recuperar parte ou todo esse ativo.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera aplicar no período em que o passivo é liquidado ou o ativo é realizado, com base em alíquotas e leis fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas ao final do período de divulgação. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais da maneira pela qual o Grupo espera, no final do exercício recuperar ou liquidar o valor contábil dos seus ativos e passivos.

A Companhia compensa os impostos correntes a recuperar no ativo com os impostos correntes a recolher no passivo quando estes itens são reconhecidos na mesma entidade, são tributos da mesma esfera fiscal e quando há permissão fiscal para que esta faça o reembolso ou pagamento líquido. Nas demonstrações financeiras consolidadas o imposto de renda diferido ativo de uma Companhia não pode ser eliminado com o imposto de renda diferido passivo de outra, já que não há provisão legal para a compensação de impostos ativos e passivos entre as companhias do Grupo.

Os impostos corrente e diferido são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando são relacionados a itens que tenham sido debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, neste caso, tal imposto diferido também é reconhecido diretamente ao patrimônio líquido.

Imobilizado

O imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição reduzido da depreciação acumulada e qualquer provisão para perda por redução ao valor recuperável do ativo.

A depreciação é reconhecida de forma a reduzir o custo ou valor dos ativos, com exceção dos terrenos, e ativos em construção, levando-se em consideração a vida útil estimada, com base no método linear, conforme demonstrado a seguir:

Construções:	25 a 60 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros:	(*)
Embarcações:	25 a 35 anos
Veículos:	5 anos
Máquinas e equipamentos:	5 a 20 anos

(*) Menor entre o período do aluguel ou vida útil do ativo referido

As vidas úteis estimadas, valores residuais e métodos de depreciação são revistos no final de cada período de divulgação, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas contabilizadas em uma base prospectiva.

Os ativos em construção são reconhecidos ao custo, deduzido de qualquer provisão para perda. O custo inclui honorários profissionais para ativos qualificáveis. A depreciação, calculada nas mesmas bases dos demais ativos, se inicia quando os ativos estão prontos para o uso.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são depreciados ao longo da vida útil esperada nas mesmas bases dos ativos próprios, exceto quando não há certeza razoável que o arrendatário será o proprietário ao final do prazo do arrendamento o qual o ativo deve estar totalmente depreciado ao final do contrato ou da sua vida útil, o que for menor.

Os custos com docagem são capitalizados e depreciados ao longo do período para o qual estes gerarão benefícios econômicos.

Itens do ativo imobilizado são desreconhecidos quando há alienação ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado pelo uso continuado do ativo. O ganho ou perda oriundo da baixa ou alienação de um ativo imobilizado é determinado pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Dispendios subsequentes só serão capitalizados quando for provável que os benefícios econômicos futuros associados a estes gastos irão fluir para o Grupo.

Custos dos empréstimos

Custos dos empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que são ativos que necessariamente levam um período de tempo substancial para estarem prontos para seu uso pretendido ou venda, são adicionados ao custo desses ativos, até o momento em que estes ativos estão prontos para uso ou venda.

Receitas financeiras decorrentes de investimento temporário de empréstimos, enquanto os mesmos não são utilizados para os ativos qualificáveis, são deduzidos dos custos capitalizados.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado no período em que são incorridos.

Ágio

O ágio resultante da aquisição de um negócio é contabilizado pelo custo na data da aquisição do negócio, deduzido da provisão para perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida são reconhecidos separadamente pelo custo menos amortização acumulada e provisão para perda por redução ao valor recuperável dos ativos. A amortização é reconhecida pelo método linear sobre estimativa de vida útil. A estimativa de vida útil e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício, com os efeitos de quaisquer mudanças contabilizadas em uma base prospectiva. Não há ativo intangível com vida útil indefinida.

O ativo intangível é baixado no momento da alienação ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado por utilização ou alienação. Ganhos ou perdas decorrentes de desreconhecimento de um ativo intangível, mensurado como a diferença entre os valores de venda e o valor residual do ativo, são reconhecidos no resultado, quando o ativo é baixado.

Contrato de construção em andamento

Contrato de construção em andamento representa o valor bruto que se espera receber de clientes pelo serviço contratado prestado até a presente data. É medido a partir dos custos incorridos adicionado dos lucros reconhecidos no período, menos o faturamento em curso e perdas reconhecidas. O custo inclui todas as despesas relacionadas diretamente a projetos específicos e uma atribuição de despesas fixas e variáveis incorridos no contrato de atividades do Grupo com base na capacidade normal de operação.

Contratos de construção em andamento são apresentados como parte do contas a pagar e a receber operacional no balanço patrimonial para todos os contratos em que os custos incorridos mais lucros reconhecidos excedam o faturamento em curso e as perdas reconhecidas.

Redução ao valor recuperável dos ativos

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, exceto estoques e impostos diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de redução ao valor recuperável de ativos. Se alguma indicação existir, o valor recuperável do ativo é estimado.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio são testados anualmente quanto à recuperabilidade do valor dos mesmos. Uma perda por redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) exceda seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor de uso e o seu valor justo menos os custos de venda. Ao avaliar o valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado e da valorização do dinheiro ao longo do tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para os testes de perda por redução ao valor recuperável de ativos, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos que gera entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Sujeito a um teste por segmento operacional, as UGCs cujo ágio foi alocado são agregadas, então o nível em que o teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos é realizado reflete o mais baixo deles onde o ágio é monitorado para fins de relatórios internos. Ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado a grupos de UGCs que devem se beneficiar das sinergias da combinação.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado do exercício. As perdas por redução ao valor recuperável de ativos são alocadas primeiro para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à UGC (Grupo de UGCs) e depois para reduzir o valor contábil dos outros ativos na UGCs (grupo de UGCs) em uma base pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável de ativos em relação ao ágio não é revertida. Para outros ativos, perdas por redução ao valor recuperável de ativos são revertidas somente na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o montante que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda ou prejuízo tenha sido reconhecida. Os ativos sujeitos a amortização ou depreciação são revisados para recuperabilidade de saldo quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o seu valor residual pode não ser recuperável.

Estoques

Os estoques estão demonstrados ao menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. Os custos dos estoques são baseados no princípio da média ponderada e compreendem materiais diretos e, quando aplicável, custos diretos de pessoal e custos incorridos para colocar tais estoques em seus locais e condições de uso atuais. O valor líquido de realização representa a estimativa de preço de venda para estoques menos todos os custos estimados para a finalização e custos de marketing, venda e distribuição a serem incorridos.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo quando se torna parte do instrumento contratual.

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados de acordo com as categorias especificadas: “mensurados pelo valor justo por meio do resultado” (FVTPL), “investimentos mantidos até o vencimento”, “disponíveis para venda” (AFS) e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e da finalidade dos recursos financeiros e é determinada no momento do reconhecimento inicial.

Os investimentos são reconhecidos e baixados na data do contrato de compra ou venda de um ativo financeiro, cujos termos exigem a entrega do ativo financeiro respeitando os prazos previstos pelo mercado em questão. Esses instrumentos são inicialmente registrados pelo valor justo mais os custos de transação, com exceção dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (FVTPL), que são registrados inicialmente pelo valor justo.

Todos os ativos financeiros reconhecidos, exceto FVTPL, são subsequentemente avaliados em sua totalidade ao custo amortizado.

A receita é reconhecida pelo método de taxa de juros efetivos para ativos financeiros diferentes daqueles classificados como valor justo por meio do resultado (FVTPL).

Método dos juros efetivos é um método de calcular o custo amortizado de um ativo financeiro e de alocar a receita de juros ao longo do período relevante. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que integram a taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento ou, quando apropriado, o período mais curto do valor contábil líquido do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e Recebíveis

Os seguintes instrumentos foram classificados como empréstimos e recebíveis e são avaliados ao custo amortizado usando o método de juros efetivos, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva, à exceção dos recebíveis a curto prazo quando o reconhecimento do juros seria imaterial.

- Caixa e equivalentes de caixa / Investimentos de curto prazo: Caixa e equivalentes de caixa compreendem as disponibilidades em caixa e outros investimentos de curtíssimo prazo com resgate em até 90 dias e que estejam sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor; e investimentos de curto prazo abrangem dinheiro em caixa e outros investimentos com mais de 90 dias de vencimento.
- Contas a receber: Contas a receber e outros recebíveis são demonstrados pelo valor presente dos ativos a receber, reduzidos pela provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Recuperabilidade dos ativos financeiros

Os ativos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado sofrem avaliação de possíveis indicadores de redução ao valor recuperável ao fim de cada exercício. Os ativos financeiros são considerados desvalorizados quando há uma evidência objetiva que, como consequência de um ou vários eventos que ocorram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento sejam impactados.

A evidência objetiva da desvalorização pode incluir:

- Significativa dificuldade financeira do emissor ou da contraparte;
- Negligência do pagamento do principal ou dos juros;
- É provável que o devedor entre em processo de falência ou de reorganização financeira, ou
- O desaparecimento de um mercado ativo para um ativo financeiro devido a dificuldades financeiras.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que são avaliados individualmente como não desvalorizados, adicionalmente são avaliados para perda por desvalorização em uma base coletiva.

A evidência objetiva da perda por desvalorização para uma carteira de recebíveis pode incluir a experiência anterior do Grupo acerca dos recebimentos, um aumento no número de pagamentos atrasados na carteira após o período de crédito médio de 90 dias, assim como, mudanças perceptíveis nas situações econômicas nacionais ou locais correlacionada com a falta de pagamentos.

Para ativos financeiros avaliados ao custo amortizado, o valor reconhecido é a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, refletindo o valor de cauções e garantias, descontada a taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela desvalorização para todos os ativos financeiros com exceção das contas a receber, onde o valor contabilizado é reduzido através do uso de uma conta de provisão.

Quando o recebível é considerado incobrável, é baixado contra uma conta de provisão. A recuperação subsequente de montantes previamente baixados são creditados contra a conta de provisão. As mudanças no valor contábil na conta de provisão são reconhecidas no resultado.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo a outra entidade. Se o Grupo não transfere ou detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continua a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece seu direito no ativo e registra uma provisão para valores a pagar. Se o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios da posse de um ativo financeiro transferido, o Grupo continua a reconhecer o ativo financeiro e igualmente reconhece um empréstimo garantia para os rendimentos recebidos.

b. Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como “FVTPL” ou “outros passivos financeiros”.

Passivos financeiros são classificados como “FVTPL” quando o passivo financeiro é detido para negociação ou quando é designado como FVTPL.

Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido de custos de transação.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva, com os juros provenientes desses passivos reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

O método dos juros efetivos é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocação da despesa de juros no período. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos futuros estimados de caixa pela expectativa de vida do passivo financeiro, ou (quando apropriado) um período mais curto, até o valor contábil líquido reconhecido inicialmente.

Não há passivos financeiros classificados como “FVTPL”.

Outros passivos financeiros

- Empréstimos: Empréstimos bancários, financiamentos e arrendamento mercantil são registrados pelos valores captados, líquidos dos custos diretos de captação dos recursos. Encargos financeiros, incluindo o prêmio a pagar na quitação ou resgate e custos diretos de captação, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência utilizando-se o método de juros efetivos e são acrescidos ao valor contábil dos instrumentos na medida em que não são quitados no exercício no qual sugerem.
- Contas a pagar: Contas a pagar e outros valores a pagar são mensurados pelo valor justo líquido do custo da transação.

Derivativos

Uma das empresas do Grupo detém instrumentos financeiros derivativos para se proteger da exposição à moeda estrangeira, decorrente de despesas de capital denominadas em real. Esses derivativos são mensurados ao valor de mercado a cada final de mês.

Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos são tratados como derivativos separados quando os seus riscos e características não estão diretamente relacionados com os contratos principais e estes por sua vez não são contabilizados pelo valor justo, com ganhos ou perdas informados na demonstração de resultados. O grupo não tem derivativos embutidos para os períodos apresentados.

Contabilização de operações de hedge (proteção de fluxo de caixa)

O Grupo procura aplicar a contabilização de operações de hedge (proteção de fluxo de caixa), a fim de administrar a volatilidade no resultado. Quando um derivativo é designado como instrumento de proteção em um hedge da variação nos fluxos de caixa, e atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma operação provável prevista que possa afetar os resultados, a parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de derivativos no patrimônio líquido. Qualquer parcela ineficaz das mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge numa cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável que possa afetar o resultado, a parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de derivativos no patrimônio líquido. No entanto, quando a transação prevista que se encontra protegida resulta no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, aquisição de imobilizado) ou de um passivo não financeiro, os ganhos e perdas previamente diferidos no patrimônio líquido são transferidos do patrimônio líquido e incluídos na mensuração do valor contábil inicial do ativo ou passivo. Qualquer parcela ineficaz das mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo para de reconhecer seus passivos financeiros quando e, somente quando as obrigações são eliminadas, canceladas ou expiram.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou constituída) como resultado de um evento passado e é provável que um fluxo de benefícios econômicos seja requerido para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável pode ser feita no montante da obrigação.

O montante reconhecido como provisão é mensurado pela melhor estimativa quanto ao montante necessário para liquidar a obrigação ao final do período de divulgação, levando em conta os riscos e incertezas ao redor da obrigação.

Quando se espera obter de uma terceira parte alguns ou todos os benefícios econômicos de uma provisão em acordo, um recebível é reconhecido como um ativo se é virtualmente certo que o reembolso seja recebido, sendo o montante avaliado confiavelmente.

Receita

A receita é mensurada pelo valor justo do montante recebido ou a receber de bens e serviços prestados no curso normal dos negócios, líquidos de descontos comerciais e de outros impostos sobre vendas relacionados.

Receita do estaleiro

As receitas oriundas de contratos de construção e serviços são reconhecidas, proporcionalmente à etapa de construção do contrato, de acordo com os termos contratuais estabelecidos

Receita de terminal portuário

Receitas oriundas de prestação de serviços associados a movimentação de contêineres são reconhecidas quando o respectivo serviço é prestado.

Receita de serviço de rebocagem

Receitas oriundas prestação de serviços de rebocagem são reconhecidas quando o respectivo serviço é prestado.

Receita nos serviços de agenciamento marítimo e logística

Receitas oriundas de prestação de serviços de agenciamento marítimo e de logística são reconhecidas quando os serviços são acordados e as respectivas transações ocorridas.

Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando é provável que haja benefícios econômicos para o Grupo e o montante desta receita pode ser mensurado confiavelmente. A receita de juros é reconhecida por competência, tendo por referência o principal aplicado e a taxa efetiva de juros aplicável, ou seja, a taxa de desconto do fluxo de caixa futuro aplicada aos rendimentos estimados ao longo do prazo esperado para a aplicação resultará no valor contábil da aplicação.

Receita de dividendos

Os dividendos oriundos dos investimentos do Grupo são reconhecidos quando os direitos dos acionistas de receber tais dividendos são estabelecidos.

Contratos de construção

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de forma confiável, a receita e o custo são reconhecidos proporcionalmente à etapa de conclusão da atividade contratual ao final do período de divulgação, baseada na proporção dos custos incorridos para trabalhos executados até a data, relativos ao custo total estimado do contrato, exceto onde isto não representaria o estágio de conclusão. Alterações contratuais, reclamações e pagamentos de incentivos são considerados no montante em que podem ser mensurados confiavelmente, desde que acordados com o cliente e, conseqüentemente, considerados como prováveis.

Quando o resultado do contrato de construção não pode ser estimado com confiança, a receita é reconhecida na medida em que os custos são incorridos e desde que seja provável a sua recuperação. Os custos contratuais são reconhecidos como despesas do exercício no qual são incorridos.

Quando é provável que o total de custos dos contratos exceda o total das receitas contratuais, a perda prevista é reconhecida imediatamente no resultado.

Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são classificados como financeiros se for determinada, nos termos dos contratos de arrendamento, a transferência substancial de todos os riscos e benefícios sobre o bem para o arrendatário. Todos os outros tipos de arrendamentos mercantis são classificados como operacionais.

O Grupo como arrendatário:

Os ativos adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são reconhecidos como ativos do Grupo ao seu valor justo na data de início do arrendamento ou pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento, dos dois o menor. A obrigação com o arrendador é reconhecida no balanço patrimonial como arrendamento mercantil financeiro.

Os pagamentos referentes a arrendamentos mercantis são segregados entre encargos financeiros e abatimento da respectiva obrigação, dessa forma atingindo uma taxa de juros constante sobre a obrigação remanescente. Os encargos financeiros são reconhecidos imediatamente no resultado, a não ser que sejam diretamente atribuídos a ativos qualificáveis, sendo, neste caso, capitalizados.

As obrigações oriundas de arrendamentos operacionais são reconhecidas como despesa no resultado, linearmente com base nos termos do contrato de arrendamento.

Determinar se um contrato contém leasing

No começo de um contrato, o Grupo determina se tal acordo é ou contém um arrendamento. Este será o caso se os dois critérios abaixo forem atingidos:

- O cumprimento do acordo depende do uso de um ativo específico ou ativos.
- O acordo contém o direito de usar o ativo(s).

No início ou na reavaliação do acordo, o Grupo separa pagamentos e outras considerações exigidas no contrato de arrendamento ou em outros elementos, com base em seus valores justos relativos. Se o Grupo conclui que é impraticável em um arrendamento mercantil financeiro separar os pagamentos de forma confiável, então ativos e passivos são reconhecidos por valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, a obrigação é reduzida a medida que os pagamentos são feitos e um custo financeiro imputado sobre o passivo é reconhecido usando a taxa incremental de financiamento do Grupo.

Receita financeira e despesa financeira

A receita financeira compreende as receitas de juros sobre fundos investidos, ganhos sobre o valor justo dos ativos financeiros reconhecidos no resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado usando o método de juros efetivos. Na data em que o direito do Grupo de receber um pagamento é estabelecido, no caso de títulos contados, é normalmente a data antes do dividendos.

As despesas financeiras incluem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação diferidas, despesas referentes a perdas de valor justo de ativos financeiros por meio do resultado, contraprestações contingentes e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado.

Relatório segmentado

Os resultados dos segmentos que são reportados pelo grupo incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados com uma base aceitável. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (principalmente a sede da Companhia), despesas do escritório matriz e ativos e passivos fiscais.

2.2 Julgamentos contábeis relevantes e principais premissas para estimar incertezas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o IFRS requer que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas em uma base contínua. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis adotadas pelo Grupo, descritas anteriormente, a Administração adotou os seguintes julgamentos e premissas que podem gerar efeitos significativos nas demonstrações financeiras conforme mencionado abaixo.

a. Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

No curso normal das operações no Brasil, o Grupo está exposto ao risco de ser acionado judicialmente. As provisões para ações judiciais são estimadas pela Administração do Grupo em conjunto com seus consultores legais, considerando o provável desfecho da respectiva contingência em desembolso financeiro. As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa da Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais, sobre o provável desembolso futuro que uma ação judicial pode gerar para o Grupo. Para ações judiciais de natureza trabalhista, a provisão é estimada com base na experiência histórica e com o melhor conhecimento que Administração tem sobre fatos e circunstâncias relevantes.

b. Impostos

Há incertezas quanto à interpretação das normas tributárias complexas e o montante e tempo de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos contratos existentes, as diferenças entre os resultados reais e os pressupostos adotados ou mudanças futuras em tais expectativas podem exigir ajustes futuros para o imposto de renda e despesa já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas aplicáveis, com as possíveis consequências da auditoria por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições onde opera. A quantidade de tais disposições é baseada em diversos fatores, tais como experiências anteriores com auditorias fiscais e diferentes interpretações dos regulamentos fiscais por parte da entidade tributada e pela autoridade fiscal em questão. Tais diferenças de interpretação podem surgir para os mais diversos assuntos, dependendo das condições em vigor no respectivo domicílio da entidade do Grupo.

c. Imposto de renda e contribuição social a recuperar e diferidos

O Grupo registra os ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre o valor contábil dos ativos e passivos e as suas bases tributárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Tais projeções e previsões incluem várias suposições sobre o desempenho do Grupo, taxas de câmbio, o volume de serviços, outras taxas e fatores que podem divergir das estimativas atuais.

De acordo com a legislação tributária brasileira em vigor, os prejuízos fiscais não expiram para utilização. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados só poderão ser compensados em até 30% do lucro tributável anual.

d. Recuperabilidade do ágio

A determinação da recuperabilidade do ágio requer a estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O valor recuperável calculado requer que a administração da entidade estime o fluxo de caixa futuro esperado para a unidade geradora de caixa, bem como uma taxa de desconto apropriada para o cálculo do valor presente.

O valor do ágio ao final do período reportado era de US\$30,6 milhões (R\$99,8 milhões) (2015: US\$27,4 milhões (R\$107,0 milhões)). Os detalhes do cálculo para recuperabilidade do ágio estão descritos na nota 9. Não há provisão para redução ao valor recuperável do ágio para os períodos divulgados.

e. O valor justo dos derivativos

Conforme descrito na nota 25, o Grupo pode realizar operações com derivativos objetivando gerenciar riscos. Para os instrumentos financeiros derivativos, as premissas são elaboradas com base na cotação de mercado ajustadas pelas características específicas desses instrumentos.

f. Pagamento de opções de ações

O valor justo do plano de incentivo de longo prazo é determinado utilizando-se o modelo binomial; os prêmios são liquidados em ações e seu valor justo é determinado na data de outorga. As premissas utilizadas no cálculo do valor justo são a expectativa de volatilidade do preço das opções, expectativa de vida das opções, taxa de risco livre, turnover dos funcionários e rendimento esperado dos dividendos. A volatilidade esperada foi determinada com base no cálculo da volatilidade das ações do Grupo ao longo de um período histórico.

A expectativa de rendimento esperado dos dividendos é baseada na política de dividendos do Grupo. O turnover dos funcionários é consistente com o turnover recente e é uma premissa apropriada para os funcionários do plano. Na determinação da taxa livre de risco, o Grupo utiliza como taxa de juros títulos do governo de cupom zero na moeda a qual o preço de exercício é determinado.

g. Vida útil dos ativos imobilizados e ativos intangíveis com vida útil definida

Depreciação e amortização são registradas de forma a amortizar o custo ou saldo de ativos, com exceção dos terrenos e imobilizados em andamento, considerando as suas vidas úteis estimadas, utilizando o método de cálculo linear. Vidas úteis estimadas são determinadas com base na experiência prévia e com o melhor conhecimento da Administração, e são revisadas anualmente.

2.3 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas podem ser adotadas antecipadamente e efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016, contudo o Grupo não as adotou na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 15 Receita de contratos com clientes

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo IAS 18 Receitas, IAS 11 Contratos de Construção e IFRIC 13 Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O Grupo pretende adotar a IFRS 15 nas suas demonstrações financeiras consolidadas de 2018, utilizando a abordagem retrospectiva. Como resultado, o Grupo aplicará todos os requisitos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado e ajustará suas demonstrações financeiras consolidadas.

O Grupo está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informação quantitativa adicional antes de adotar a IFRS 15.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

Em julho de 2014, o International Accounting Standards Board emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo atualmente pretende aplicar a IFRS 9 inicialmente em 1º de Janeiro de 2018.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras do Grupo em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que o Grupo detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que o Grupo fará no futuro. A nova norma exigirá que o Grupo revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC 15 Arrendamento operacional - Incentivos e SIC 27 Avaliação das transações substanciais que envolvam a forma legal de um arrendamento.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

O Grupo iniciou uma avaliação preliminar do impacto potencial nas suas demonstrações financeiras consolidadas. Até o momento, a Administração entende que as demonstrações financeiras consolidadas serão impactadas, mas o Grupo ainda não quantificou todos os impactos sobre seus ativos e passivos referentes a adoção da IFRS 16.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir apresentadas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Iniciativa de Divulgação (Alterações à IAS 7);
- Reconhecimento de Impostos Diferidos para Perdas não Realizadas (Emendas à IAS 12);
- Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações (emendas à IFRS 2), e
- Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture (Emendas à IFRS 10 e IAS 28).

3 Informações dos segmentos

Segmentos reportáveis

Para fins de gestão, atualmente o Grupo é organizado em cinco segmentos reportáveis: rebocagem e agenciamento marítimo, terminais portuários, embarcações de apoio offshore, logística e estaleiro. Estas divisões são reportadas com o propósito de alocação de recursos e avaliação da performance de cada segmento.

Os custos financeiros relativos aos passivos foram alocados nos segmentos divulgados com base nos empréstimos captados para financiar a aquisição ou a construção de ativos fixos dos respectivos segmentos. As receitas financeiras de operações bancárias referentes aos segmentos operacionais brasileiros, incluindo a variação cambial, também foram alocadas nos segmentos reportáveis.

Despesas administrativas são apresentadas como atividades não segmentadas.

As informações dos segmentos quanto a esses negócios estão apresentadas a seguir:

Wilson Sons Limited
Demonstrações financeiras consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
com relatório dos Auditores Independentes

	2016							
	Rebocagem e agenciamento marítimo	Terminal portuário	Embarcação offshore	Logística	Estaleiro	Atividades não segmentadas	Eliminação	Consolidado
	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$
Receitas	219.664	167.770	-	43.319	76.858	-	(50.450)	457.161
Resultado operacional	84.207	41.555	-	(4.019)	5.609	(23.340)	(2.405)	101.607
Receitas financeiras	393	13.741	-	296	(2)	8.635	(21)	23.042
Despesas financeiras	(6.810)	(10.981)	-	(231)	(870)	1.271	-	(17.621)
Resultado operacional ajustado pelas receitas e despesas financeiras	77.790	44.315	-	(3.954)	4.737	(13.434)	(2.426)	107.028
Resultado de participação em empreendimentos controlados em conjunto	-	-	8.073	-	-	-	-	8.073
Ganhos cambiais na conversão	-	-	-	-	-	-	-	6.839
Lucro antes dos impostos	-	-	-	-	-	-	-	121.940
Outras informações:								
Dispêndio para aquisição de imobilizado	(54.316)	(43.224)	-	(1.147)	(680)	(3.051)	-	(102.418)
Depreciação e amortização	(24.050)	(21.944)	-	(1.667)	(884)	(4.039)	-	(52.584)
Balanco patrimonial:								
Ativo por segmento	364.884	348.104	22.230	20.022	92.844	188.745	-	1.036.829
Passivo por segmento	(296.984)	(131.440)	-	(12.020)	(49.278)	(30.619)	-	(520.341)
	2015							
	Rebocagem e agenciamento marítimo	Terminal portuário	Embarcação offshore	Logística	Estaleiro	Atividades não segmentadas	Eliminação	Consolidado
	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$
Receitas	229.508	175.998	-	49.877	102.936	-	(49.051)	509.268
Resultado operacional	84.387	50.636	-	(1.613)	3.205	(26.844)	4.846	114.617
Receitas financeiras	34	1.317	-	123	-	11.109	-	12.583
Despesas financeiras	(6.188)	(40.133)	-	(713)	(957)	2.588	-	(45.403)
Resultado operacional ajustado pelas receitas e despesas financeiras	78.233	11.820	-	(2.203)	2.248	(13.147)	4.846	81.797
Resultado de participação em empreendimentos controlados em conjunto	-	-	4.843	-	-	-	-	4.843
Ganhos cambiais na conversão	-	-	-	-	-	-	-	(15.806)
Lucro antes dos impostos	-	-	-	-	-	-	-	70.834
Outras informações:								
Dispêndio para aquisição de imobilizado	(44.952)	(22.196)	-	(1.155)	(1.125)	(461)	-	(69.889)
Depreciação e amortização	(19.855)	(22.072)	-	(4.560)	(525)	(6.201)	-	(53.213)
Balanco patrimonial:								
Ativo por segmento	321.141	276.083	18.301	18.523	118.394	200.790	-	953.232
Passivo por segmento	(279.902)	(137.171)	-	(7.334)	(78.059)	(16.758)	-	(519.224)

Wilson Sons Limited
Demonstrações financeiras consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
com relatório dos Auditores Independentes

	2016							
	Rebocagem e agenciamento marítimo	Terminal portuário	Embarcação offshore	Logística	Estaleiro	Atividades não segmentadas	Eliminação	Consolidado
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Receitas	764.028	579.969	-	150.818	263.277	-	(172.729)	1.585.363
Resultado operacional	292.294	143.288	-	(13.078)	18.088	(81.317)	(7.361)	351.914
Receitas financeiras	1.247	48.404	-	1.003	(8)	30.463	(71)	81.038
Despesas financeiras	(23.628)	(38.247)	-	(814)	(3.566)	5.217	-	(61.038)
Resultado operacional ajustado pelas receitas e despesas financeiras	269.913	153.445	-	(12.889)	14.514	(45.637)	(7.432)	371.914
Resultado de participação em empreendimentos controlados em conjunto	-	-	26.510	-	-	-	-	26.510
Ganhos cambiais na conversão	-	-	-	-	-	-	-	23.752
Lucro antes dos impostos	-	-	-	-	-	-	-	422.176
Outras informações:								
Dispêndio para aquisição de imobilizado	(192.386)	(152.427)	-	(3.844)	(2.306)	(10.539)	-	(361.502)
Depreciação e amortização	(83.392)	(75.821)	-	(5.764)	(2.931)	(14.390)	-	(182.298)
Balanço patrimonial:								
Ativo por segmento	1.189.191	1.134.506	72.450	65.254	302.588	615.139	-	3.379.128
Passivo por segmento	(967.900)	(428.377)	-	(39.174)	(160.602)	(99.789)	-	(1.695.842)
	2015							
	Rebocagem e agenciamento marítimo	Terminal portuário	Embarcação offshore	Logística	Estaleiro	Atividades não segmentadas	Eliminação	Consolidado
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Receitas	763.949	581.494	-	162.585	342.912	-	(167.692)	1.683.248
Resultado operacional	283.633	169.879	-	(8.674)	9.937	(88.858)	16.825	382.742
Receitas financeiras	112	4.583	-	355	-	36.927	-	41.977
Despesas financeiras	(20.567)	(131.915)	-	(2.234)	(3.182)	8.191	-	(149.707)
Resultado operacional ajustado pelas receitas e despesas financeiras	263.178	42.547	-	(10.553)	6.755	(43.740)	16.825	275.012
Resultado de participação em empreendimentos controlados em conjunto	-	-	17.211	-	-	-	-	17.211
Ganhos cambiais na conversão	-	-	-	-	-	-	-	(51.584)
Lucro antes dos impostos	-	-	-	-	-	-	-	240.639
Outras informações:								
Dispêndio para aquisição de imobilizado	(143.807)	(77.188)	-	(3.805)	(3.399)	(1.669)	-	(229.868)
Depreciação e amortização	(65.069)	(71.277)	-	(16.031)	(1.772)	(20.638)	-	(174.787)
Balanço patrimonial:								
Ativo por segmento	1.253.992	1.078.050	71.462	72.329	462.305	784.045	-	3.722.183
Passivo por segmento	(1.092.962)	(535.625)	-	(28.638)	(304.805)	(65.437)	-	(2.027.467)

Informação Geográfica

As operações do Grupo estão localizadas principalmente no Brasil, onde gera receitas e incorre em despesas. O Grupo gera receita oriunda de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo em Bermudas e no Brasil. O Grupo, por meio de sua participação em um empreendimento controlado em conjunto, do negócio Offshore, localizado no Panamá, gera receitas neste país e no Uruguai.

4 Receitas

O quadro seguinte apresenta análise da receita do Grupo de suas operações continuadas (excluindo receitas financeiras - vide Nota 7).

	2016 US\$	2015 US\$	2016 R\$	2015 R\$
Prestação de serviços	430.753	455.383	1.494.815	1.508.028
Construção de embarcações	<u>26.408</u>	<u>53.885</u>	<u>90.548</u>	<u>175.220</u>
Total	<u>457.161</u>	<u>509.268</u>	<u>1.585.363</u>	<u>1.683.248</u>

5 Despesas com pessoal e benefícios

	2016 US\$	2015 US\$	2016 R\$	2015 R\$
Salários e benefícios	116.713	119.706	404.908	391.089
Encargos sociais	22.188	22.333	76.696	73.549
Custos com previdência privada	974	968	3.379	3.194
Plano de incentivo de longo prazo	<u>3.410</u>	<u>3.314</u>	<u>11.872</u>	<u>11.058</u>
Total	<u>143.285</u>	<u>146.321</u>	<u>496.855</u>	<u>478.890</u>

6 Outras despesas operacionais

	2016 US\$	2015 US\$	2016 R\$	2015 R\$
Custo de serviço	34.708	35.626	119.983	117.889
Aluguel de rebocadores	23.903	32.148	84.045	108.775
Movimentação de contêiner	16.412	9.780	56.474	32.591
Energia, água e comunicação	14.840	16.190	51.520	53.515
Outros aluguéis	13.097	15.780	45.235	51.406
Fretes	7.801	7.058	27.162	23.689
Outras taxas	7.749	8.147	26.839	26.241
Seguros	3.761	4.790	13.066	15.781
Outras despesas	<u>418</u>	<u>8.544</u>	<u>1.808</u>	<u>30.245</u>
Total	<u>122.689</u>	<u>138.063</u>	<u>426.132</u>	<u>460.132</u>

7 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2016 US\$	2015 US\$	2016 R\$	2015 R\$
Juros de aplicações	7.901	9.553	27.796	32.277
Ganhos cambiais em aplicações	-	1.091	-	3.500
Ganhos cambiais em financiamentos	12.806	-	45.162	-
Outras receitas financeiras	2.335	1.939	8.080	6.200
Total das receitas financeiras	23.042	12.583	81.038	41.977
Juros de empréstimos e financiamentos	(12.277)	(11.833)	(42.537)	(38.868)
Perdas cambiais em investimentos	(4.216)	-	(14.590)	-
Perdas cambiais em financiamentos	-	(32.604)	-	(107.263)
Juros de arrendamento mercantil financeiro	(414)	(549)	(1.444)	(1.803)
Total das despesas bancárias e de investimento	(16.907)	(44.986)	(58.571)	(147.934)
Outros juros	(714)	(417)	(2.467)	(1.773)
Total das despesas financeiras	(17.621)	(45.403)	(61.038)	(149.707)
Ganhos (perdas) cambiais na conversão	6.839	(15.806)	23.752	(51.584)

8 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

	2016 US\$	2015 US\$	2016 R\$	2015 R\$
Corrente				
Impostos no Brasil				
Imposto de renda	26.900	26.755	93.429	89.799
Contribuição social	10.924	11.055	37.850	36.973
Total de impostos correntes no Brasil	37.824	37.810	131.279	126.772
Impostos diferidos				
Total impostos diferidos	(988)	1.645	(2.385)	5.014
Total de imposto de renda e contribuição social	36.836	39.455	128.894	131.786

O imposto de renda das empresas brasileiras é calculado a uma taxa de 25% sobre o lucro tributável no período. A contribuição social é calculada a uma taxa de 9% sobre o lucro tributável no período.

Os gastos com imposto de renda podem ser reconciliados com o lucro como segue:

Wilson Sons Limited
Demonstrações financeiras consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
com relatório dos Auditores Independentes

	2016 US\$	2015 US\$	2016 R\$	2015 R\$
Lucro antes dos impostos	121.940	70.834	422.176	240.639
Imposto conforme a alíquota nominal brasileira (34%)	41.460	24.084	143.540	81.817
<u>Impostos diferidos não incluídos na determinação ao lucro tributável</u>				
Efeito das diferenças cambiais no processo de conversão de ativos não circulantes	(22.376)	27.003	(78.898)	86.999
Variação cambial sobre empréstimos	14.397	(25.644)	50.775	(84.352)
Efeito dos prejuízos fiscais não reconhecidos em impostos diferidos ativos	5.079	3.291	16.368	11.777
Total dos impostos diferidos	(2.900)	4.650	(11.755)	14.424
<u>Receitas/(despesas) não sujeitas à tributação</u>				
Efeito tributário do ganho ou perda cambial sobre itens monetários	(2.325)	5.374	(8.076)	17.538
Efeito tributário do resultado de participação em empreendimentos controlados em conjunto	(2.745)	(1.647)	(9.013)	(5.852)
Outros	2.018	4.651	9.561	15.585
<u>Itens dedutíveis para o lucro tributável brasileiro não incluídos na demonstração do resultado</u>				
Juros sobre capital próprio	-	1.299	-	5.000
<u>Receitas/(despesas) incorridas fora do Brasil</u>				
Opções de ações	1.159	1.127	4.036	3.760
Efeito de diferentes taxas de impostos em outras jurisdições	169	(83)	601	(486)
Imposto de renda e contribuição social	36.836	39.455	128.894	131.786

9 Ágio

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
Custo e valor contábil atribuídos ao:		
Brasco	15.821	13.205
Tecon Rio Grande	12.306	11.704
Tecon Salvador	2.480	2.480
Total	30.607	27.389
	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Custo e valor contábil atribuídos ao:		
Brasco	51.561	51.561
Tecon Rio Grande	40.107	45.703
Tecon Salvador	8.083	9.686
Total	99.751	106.950

O ágio associado a cada unidade geradora de caixa (Brasco, Tecon Salvador e Tecon Rio Grande) refere-se ao segmento de Terminais Portuários.

Como parte da revisão do teste anual para perda por redução ao valor recuperável dos ativos, o valor do ágio foi avaliado por seu valor em uso, considerando-se as projeções de fluxo de caixa descontadas de cada unidade geradora de caixa para o qual o ágio foi alocado. Os fluxos de caixa foram projetados de acordo com a vida útil remanescente de cada concessão. Os fluxos de caixa futuros são derivados do orçamento financeiro mais recente e para o período de concessão remanescente.

As principais premissas utilizadas para determinar o valor em uso referem-se a taxa de crescimento, taxa de desconto, inflação e taxa de juros. As projeções incluem as vendas e as margens operacionais, que são baseadas na experiência do passado, tendo em conta o efeito das mudanças conhecidas ou prováveis nas condições de mercado ou de operação.

Cada unidade geradora de caixa é avaliada anualmente para perdas por desvalorização e sempre que houver uma indicação de perda por redução ao valor recuperável dos ativos.

A taxa de crescimento média estimada não excede a média histórica para o Tecon Rio Grande e Tecon Salvador. A taxa de crescimento estimada para a Brasco foi de 3,7% acima da inflação e a taxa de desconto de 7,6% foi considerada para todas as unidades de negócio. Estas taxas de crescimento refletem os produtos, setores e países em que os segmentos operacionais atuam. Estas taxas de crescimento de médio e longo prazos foram revistas pela administração durante o teste de perda por redução ao valor recuperável dos ativos para 2016 e são consideradas adequadas para o período.

Os diretores elaboraram análises de sensibilidade, e estimaram que não haveria indicação de redução ao valor recuperável (*impairment*) em qualquer uma das unidades geradoras de caixa nas situações seguintes:

- Se a taxa de desconto aumentar em 30%; ou
- Se as projeções de fluxo de caixa de todas as empresas forem reduzidas em 30%.

Depois de testar o ágio como mencionado acima, não há perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) para os períodos apresentados.

O ágio do Tecon Rio Grande refere-se tanto ao ágio gerado na aquisição desta subsidiária, como ao ágio gerado na incorporação de outras subsidiárias com o Tecon Rio Grande. Como a subsidiária Tecon Rio Grande possui o real como moeda funcional, a parte do ágio decorrente da incorporação de outras subsidiárias com o Tecon Rio Grande está sujeita às variações na taxa de câmbio.

10 Outros ativos intangíveis

	US\$	R\$
Custo		
Em 01 de janeiro de 2015	64.348	170.921
Adições	2.238	8.404
Baixas	(58)	(215)
Diferenças de câmbio	(12.579)	-
Efeito da conversão de moeda estrangeira para o real	-	31.550
Em 31 de dezembro 2015	53.949	210.660
Adições	5.277	18.932
Baixas	(292)	(986)
Diferenças de câmbio	5.988	-
Efeito da conversão de moeda estrangeira para o real	-	(17.018)
Em 31 de dezembro de 2016	64.922	211.588
Amortização acumulada		
Em 01 de janeiro de 2015	25.783	68.485
Adições	5.651	18.667
Baixas	(52)	(191)
Diferenças de câmbio	(3.707)	-
Efeito da conversão de moeda estrangeira para o real	-	21.104
31 de dezembro de 2015	27.675	108.065
Adições	5.248	18.305
Baixas	(291)	(983)
Diferenças de câmbio	1.846	-
Efeito da conversão de moeda estrangeira para o real	-	(13.019)
Em 31 de dezembro de 2016	34.478	112.368
Saldo contábil		
Em 31 de dezembro de 2016	30.444	99.220
Em 31 de dezembro de 2015	26.274	102.595

A abertura por tipo de intangível é como segue:

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
Direito de exploração - Brasco Caju	13.853	11.998
Direito de exploração - Tecon Salvador	5.049	4.624
Software de computadores - SAP	1.970	3.025
Outros software de computadores	9.371	6.479
Outros intangíveis	201	148
Total	30.444	26.274

Wilson Sons Limited
Demonstrações financeiras consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
com relatório dos Auditores Independentes

	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Direito de exploração - Brasco Caju	45.148	46.850
Direito de exploração - Tecon Salvador	16.455	18.056
Software de computadores - SAP	6.421	11.814
Outros software de computadores	30.541	25.297
Outros intangíveis	655	578
	<u>99.220</u>	<u>102.595</u>
Total	<u>99.220</u>	<u>102.595</u>

Em novembro de 2016, a subsidiária Tecon Salvador S.A. assinou a segunda alteração do contrato de arrendamento do terminal, que prorroga o prazo de validade do arrendamento até março de 2050. Portanto, a despesa de amortização para o direito de exploração irá considerar o novo vencimento do contrato de arrendamento (2050). Maiores detalhes descritos na nota 11.

11 Ativo imobilizado

	Terrenos e construções US\$	Embarcações US\$	Veículos, máquinas e equipamentos US\$	Imobilizado em construção US\$	Total US\$
Custo ou avaliação					
Em 01 de janeiro de 2015	326.663	369.587	241.961	11.470	949.681
Adições	15.296	12.394	8.665	31.296	67.651
Transferências	59	13.440	(59)	(13.440)	-
Diferenças de câmbio	(86.226)	-	(68.686)	-	(154.912)
Baixas	(98)	(3.264)	(4.694)	-	(8.056)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>255.694</u>	<u>392.157</u>	<u>177.187</u>	<u>29.326</u>	<u>854.364</u>
Adições	7.259	29.874	36.602	23.406	97.141
Transferências	(187)	53.071	(152)	(52.732)	-
Diferenças de câmbio	38.581	-	30.148	-	68.729
Baixas	(209)	(17.227)	(9.811)	-	(27.247)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>301.138</u>	<u>457.875</u>	<u>233.974</u>	<u>-</u>	<u>992.987</u>
Depreciação acumulada					
Em 01 de janeiro de 2015	75.344	124.499	110.368	-	310.211
Adições	12.095	15.434	20.033	-	47.562
Eliminação do lucro na construção	-	2.553	-	-	2.553
Diferenças de câmbio	(23.755)	-	(33.750)	-	(57.505)
Baixas	(88)	(2.655)	(2.899)	-	(5.642)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>63.596</u>	<u>139.831</u>	<u>93.752</u>	<u>-</u>	<u>297.179</u>
Adições	10.824	19.809	16.703	-	47.336
Eliminação do lucro na construção	-	1.068	-	-	1.068
Diferenças de câmbio	11.356	-	14.817	-	26.173
Baixas	(169)	(16.808)	(8.714)	-	(25.691)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>85.607</u>	<u>143.900</u>	<u>116.558</u>	<u>-</u>	<u>346.065</u>
Saldo contábil					
Em 31 de dezembro de 2016	<u>215.531</u>	<u>313.975</u>	<u>117.416</u>	<u>-</u>	<u>646.922</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>192.098</u>	<u>252.326</u>	<u>83.435</u>	<u>29.326</u>	<u>557.185</u>

Wilson Sons Limited
Demonstrações financeiras consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
com relatório dos Auditores Independentes

	Terrenos e construções R\$	Embarcações R\$	Veículos, máquinas e equipamentos R\$	Imobilizado em construção R\$	Total R\$
Custo ou avaliação					
Em 01 de janeiro de 2015	867.683	981.697	642.697	30.467	2.522.544
Adições	53.125	38.388	29.021	100.930	221.464
Transferências	144	51.115	(144)	(51.115)	-
Baixas	(371)	(11.415)	(17.385)	-	(29.171)
Efeito da conversão de moeda estrangeira para o real	77.853	471.508	37.695	34.230	621.286
Em 31 de dezembro de 2015	998.434	1.531.293	691.884	114.512	3.336.123
Adições	24.852	104.322	128.890	84.506	342.570
Transferências	(736)	186.482	(412)	(185.334)	-
Baixas	(736)	(58.733)	(37.691)	-	(97.160)
Efeito da conversão de moeda estrangeira para o real	(40.375)	(271.107)	(20.125)	(13.684)	(345.291)
Em 31 de dezembro de 2016	981.439	1.492.257	762.546	-	3.236.242
Depreciação acumulada					
Em 01 de janeiro de 2015	200.130	330.694	293.160	-	823.984
Adições	39.053	50.423	66.644	-	156.120
Eliminação do lucro na construção	-	8.601	-	-	8.601
Baixas	(332)	(9.435)	(10.492)	-	(20.259)
Efeito da conversão de moeda estrangeira para o real	9.481	165.726	16.774	-	191.981
Em 31 de dezembro de 2015	248.332	546.009	366.086	-	1.160.427
Adições	37.554	68.488	57.951	-	163.993
Eliminação do lucro na construção	-	3.952	-	-	3.952
Baixas	(577)	(57.137)	(33.851)	-	(91.565)
Efeito da conversão de moeda estrangeira para o real	(6.308)	(92.328)	(10.312)	-	(108.948)
Em 31 de dezembro de 2016	279.001	468.984	379.874	-	1.127.859
Saldo contábil					
Em 31 de dezembro de 2016	702.438	1.023.273	382.672	-	2.108.383
Em 31 de dezembro de 2015	750.102	985.284	325.798	114.512	2.175.696

O valor de custo do grupo de veículos, máquinas e equipamentos inclui um montante de US\$3,2 milhões (R\$10,4 milhões) (2015: US\$2,9 milhões (R\$11,4 milhões)) referentes aos ativos adquiridos sob a forma de arrendamento mercantil financeiro.

Terrenos e construções com valor contábil líquido de US\$0,2 milhão (R\$0,8 milhão) (2015: US\$0,2 milhões (R\$0,8 milhões)) e máquinas e equipamentos com valor contábil líquido de US\$0,3 milhões (R\$1,0 milhão) (2015: US\$0,5 milhões (R\$2,0 milhões)) foram dados como garantia em vários processos judiciais tributários.

O Grupo tem ativos dados em garantia no valor contábil de aproximadamente US\$290,5 milhões (R\$946,9 milhões) (2015: US\$254,1 milhões (R\$992,2 milhões)) para garantir os empréstimos concedidos ao Grupo.

O montante de juros capitalizados em 2016 é US\$0,8 milhões (R\$2,8 milhões) (2015: US\$1,5 milhões (R\$5,2 milhões)), com uma taxa média de juros de 3,12% (2015: 3,00%).

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo tinha compromissos contratuais para a aquisição e construção relacionados a ativos imobilizados no valor de US\$20,4 milhões (R\$66,6 milhões) (2015: US\$13,5 milhões (R\$52,9 milhões)). O montante refere-se, principalmente, às expansões da Brasco Caju, investimentos no Tecon Salvador e Tecon Rio Grande.

Como parte da revisão contínua da vida útil econômica de seus ativos, o Grupo concluiu a pesquisa sobre a vida útil econômica do cais e benfeitorias da subsidiária Tecon Rio Grande em 2015. Com base na experiência da Administração e suportado por laudo técnico elaborado por um engenheiro especializado, a vida útil original do cais (25 anos), estimada no início da concessão, foi ajustada para 30 anos (berço 1), 35 anos (berço 2) e 40 anos (berço 3) a partir de 2015, devido à modernização e manutenção realizada pela Administração, e as benfeitorias das construções foram ajustadas para 25 anos. Como resultado dessa mudança na vida útil estimada, a despesa de depreciação do Tecon Rio Grande, em dezembro de 2015, foi de US\$4,4 milhões (R\$14,3 milhões) (contra US\$7,2 milhões (R\$23,5 milhões) que teriam sido registrados se as alterações não tivessem ocorrido).

Em 2015, o Grupo também revisou a vida útil das docagens de seus rebocadores em função da periodicidade realizada atualmente pela Companhia e suportada pelas normas emitidas pela Marinha do Brasil. Em 01 de julho de 2015, a Administração ajustou a vida útil das docagens de seus rebocadores de 2,5 anos para 5 anos e a despesa de depreciação referente à alteração, em 31 de dezembro de 2015, foi de US\$1,7 milhões (R\$4,0 milhões) (contra US\$4,4 milhões (R\$9,9 milhões) que seria registrado caso não houvesse a mudança).

Em dezembro de 2015, a Administração identificou algumas máquinas e equipamentos que teriam suas operações descontinuadas no segmento de logística. Desta forma a Administração contratou uma empresa independente para calcular o valor de mercado dos ativos remanescentes relacionados às operações dedicadas, registrados contabilmente pelo valor de US\$0,9 milhões (R\$3,4 milhões) e uma perda por redução ao valor recuperável de ativos de US\$0,7 milhões (R\$2,8 milhões) foi registrada pela diferença entre o valor contábil e seu valor justo menos o custo de venda. A perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida para reduzir o valor contábil dos ativos, sendo registrada como perda na alienação e redução ao valor recuperável de bens do ativo imobilizado. Em 2016 não há evidências de perdas por redução ao valor recuperável de ativos imobilizados.

Em novembro de 2016, a subsidiária Tecon Salvador S.A. assinou a segunda alteração do contrato de arrendamento do terminal, que prorroga o prazo de validade do arrendamento até março de 2050. De acordo com a expectativa da administração e evidências técnicas apresentadas em relatório elaborado por engenheiro especializado, a vida útil estimada do cais, pátio, edifício administrativo, armazém, subestação elétrica, escritório e edifício de armazenagem são superiores ao vencimento do contrato de arrendamento. Portanto, a despesa de depreciação para os ativos acima mencionados será medida considerando a validade do contrato de arrendamento (2050). A vida útil dos portainers é de 20 anos, de acordo com a expectativa da administração e especificações técnicas do fabricante. Em decorrência das alterações na vida útil estimada dos ativos do Tecon Salvador mencionadas acima, a despesa de depreciação do Tecon Salvador, em 31 de dezembro de 2016, foi de US\$4,0 milhões (R\$13,8 milhões) (contra US\$4,5 milhões (R\$15,6 milhões) que seria registrado se a alteração não tivesse ocorrido).

12 Estoques

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
Materiais operacionais	10.278	8.657
Materiais de contratos de construção (clientes externos)	5.149	19.628
Total	15.427	28.285
	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Materiais operacionais	33.497	33.804
Materiais de contratos de construção (clientes externos)	16.781	76.643
Total	50.278	110.447

13 Contas a receber operacional e outros recebíveis

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
Contas a receber operacional		
Valor a receber da prestação de serviços	55.434	44.386
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.187)	(846)
Total de contas a receber operacional	54.247	43.540
Outros recebíveis		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.466	5.728
Impostos e contribuições a recuperar	36.571	25.340
Mútuos	28.995	28.392
Adiantamentos	4.031	11.360
Outros	5.025	10.168
Total de contas a receber operacional e outros recebíveis	82.088	80.988
Total	136.335	124.528
Total contas a receber operacional	54.247	43.540
Total outros recebíveis circulante	27.018	36.660
Total outros não circulante	55.070	44.328

Wilson Sons Limited
Demonstrações financeiras consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
com relatório dos Auditores Independentes

	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Contas a receber operacional		
Valor a receber da prestação de serviços	180.666	173.319
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.869)</u>	<u>(3.303)</u>
Total de contas a receber operacional	<u>176.797</u>	<u>170.016</u>
Outros recebíveis		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24.332	22.366
Impostos e contribuições a recuperar	119.189	98.948
Mútuos	94.498	110.865
Adiantamentos	13.137	44.359
Outros	<u>16.376</u>	<u>39.704</u>
Total de contas a receber operacional e outros recebíveis	<u>267.532</u>	<u>316.242</u>
Total	<u>444.329</u>	<u>486.258</u>
Total contas a receber operacional	<u>176.797</u>	<u>170.016</u>
Total outros recebíveis circulante	<u>88.053</u>	<u>143.150</u>
Total outros não circulante	<u>179.479</u>	<u>173.092</u>

As contas a receber dispostas acima são classificadas como ativos financeiros avaliados ao custo amortizado.

Contas a receber de longo prazo com vencimento acima de 365 dias, referem-se principalmente a: (i) impostos recuperáveis referentes ao PIS, COFINS, ISS, ICMS e INSS; e (ii) mútuos. Não há nenhuma evidência de perda na recuperabilidade para estes ativos.

O Grupo tem por rotina revisar os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados e que não haja valores recolhidos desnecessariamente. A administração está desenvolvendo um plano para usar seus créditos fiscais, respeitando o prazo legal para utilização de créditos fiscais de anos anteriores e, se a impossibilidade de recuperação por compensação é evidenciada, é solicitado o reembolso desses valores à Receita Federal do Brasil.

O saldo de contas a receber de serviços segregados por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
A vencer	<u>45.048</u>	<u>34.522</u>
Vencidas, mas não incluídas na provisão		
01 a 30 dias	6.177	6.004
31 a 90 dias	2.178	1.491
91 a 180 dias	844	1.523
Incluídas na provisão:		
Acima de 180 dias	<u>1.187</u>	<u>846</u>
Total	<u>55.434</u>	<u>44.386</u>

	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
A vencer	146.818	134.803
Vencidas, mas não incluídas na provisão:		
01 a 30 dias	20.131	23.444
31 a 90 dias	7.098	5.821
91 a 180 dias	2.750	5.948
Incluídas na provisão:		
Acima de 180 dias	3.869	3.303
Total	180.666	173.319

Geralmente, para os saldos vencidos são cobrados, em média, juros de 1% ao mês e multa de 2%. O Grupo reconheceu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa levando em consideração todos os recebíveis acima de 180 dias, porque baseado em experiências anteriores, estes recebíveis inadimplentes além de 180 dias não são reembolsáveis. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida reduzindo o montante a receber da prestação de serviços e é reconhecida sempre que uma perda é identificada.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	US\$	R\$
Em 01 de janeiro de 2015	1.154	3.065
Aumento da provisão	76	238
Diferenças de câmbio	(384)	-
Em 31 de dezembro de 2015	846	3.303
Aumento da provisão	163	566
Diferenças de câmbio	178	-
Em 31 de dezembro de 2016	1.187	3.869

A Administração acredita que não é necessária provisão adicional para devedores duvidosos.

14 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo de liquidez alta e prontamente conversíveis em montantes conhecidos de dinheiro e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa denominados em dólares americanos representam, principalmente, investimentos em certificados de depósitos bancários de grandes instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa denominados em real representam, principalmente, investimentos em certificados de depósitos bancários e Letras do Tesouro Brasileiro.

Investimentos de curto prazo

Investimentos de curto prazo compreendem investimentos com vencimentos superiores a 90 dias, mas inferiores a 365 dias.

Segue abaixo a abertura do caixa e equivalente de caixa e investimentos de curto prazo:

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
Denominados em dólares norte-americanos:		
Caixa e equivalentes de caixa	22.257	7.059
Investimentos de curto prazo	<u>37.400</u>	<u>40.723</u>
Total	<u>59.657</u>	<u>47.782</u>
Denominados em reais:		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>52.744</u>	<u>83.342</u>
Total	<u>112.401</u>	<u>131.124</u>
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>75.001</u>	<u>90.401</u>
Total investimentos de curto prazo	<u>37.400</u>	<u>40.723</u>
	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Denominados em dólares norte-americanos:		
Caixa e equivalentes de caixa	72.539	27.564
Investimentos de curto prazo	<u>121.890</u>	<u>159.015</u>
Total	<u>194.429</u>	<u>186.579</u>
Denominados em reais:		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>171.897</u>	<u>325.434</u>
Total	<u>366.326</u>	<u>512.013</u>
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>244.436</u>	<u>352.998</u>
Total investimentos de curto prazo	<u>121.890</u>	<u>159.015</u>

Fundos de investimento exclusivos

O Grupo possui investimentos em um fundo de investimento privado denominado Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hydrus, que está consolidado nesta informação financeira. Este fundo é administrado pelo banco Itaú e suas políticas e objetivos são determinados pela tesouraria do Grupo. Este fundo de investimento privado compreende certificados de depósitos, notas financeiras e debêntures, com vencimentos entre março de 2017 e agosto de 2026. A carteira do fundo está marcada a valor justo em uma base diária, com rendimentos correntes. Estas obrigações financeiras estão limitadas a taxas de serviço para a empresa de administração dos ativos, custos de auditoria e outras despesas similares. Os investimentos do fundo são de altíssima liquidez e são prontamente conversíveis por valores conhecidos de caixa, estando sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Além disso, os investimentos atrelados ao dólar são feitos por meio do Itaú Cambial FICFI, cujo objetivo é preservar os investimentos atrelados ao dólar norte-americano.

15 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos com garantias	Taxa de juros % a.a	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
BNDES - FMM atrelado ao dólar norte-americano ¹	2,07% - 4,13%	162.408	176.792
BNDES - FMM atrelado ao dólar norte-americano ¹	5,00% - 6,00%	5.977	7.291
BNDES - real	7,50% - 9,69%	25.466	23.232
BNDES - atrelado ao dólar norte-americano	5,07% - 5,36%	5.069	7.239
BNDES - FMM real ¹	8,90% - 11,21%	1.838	1.684
BNDES - FINAME real	4,50% - 13,40%	1.133	1.952
Total BNDES		201.891	218.190
BB - FMM atrelado ao dólar norte-americano ¹	2,00% - 3,00%	85.576	75.387
IFC - dólar norte-americano	5,25%	48.571	58.971
China Construction Bank - dólar norte-americano	4,36%	19.047	-
Santander - dólar norte-americano	3,07%	14.005	-
Eximbank - dólar norte-americano	2,71%	5.270	7.356
Finimp - dólar norte-americano	4,81%	1.170	3.503
IFC - real	14,09%	-	348
Total outros		173.639	145.565
Total		375.530	363.755

Empréstimos com garantias	Taxa de juros % a.a	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
BNDES - FMM atrelado ao dólar norte-americano ¹	2,07% - 4,13%	529.305	690.337
BNDES - FMM atrelado ao dólar norte-americano ¹	5,00% - 6,00%	19.480	28.470
BNDES - real	7,50% - 9,69%	82.996	90.718
BNDES - atrelado ao dólar norte-americano	5,07% - 5,36%	16.520	28.265
BNDES - FMM real ¹	8,90% - 11,21%	5.990	6.576
BNDES - FINAME real	4,50% - 13,40%	3.692	7.620
Total BNDES		657.983	851.986
BB - FMM atrelado ao dólar norte-americano ¹	2,00% - 3,00%	278.900	294.373
IFC - dólar norte-americano	5,25%	158.297	230.270
China Construction Bank - dólar norte-americano	4,36%	62.077	-
Santander - dólar norte-americano	3,07%	45.642	-
Eximbank - dólar norte-americano	2,71%	17.176	28.725
Finimp - dólar norte-americano	4,81%	3.814	13.678
IFC - real	14,09%	-	1.358
Total outros		565.906	568.404
Total		1.223.889	1.420.390

⁽¹⁾ Como agentes do Fundo da Marinha Mercante ("FMM"), BNDES e BB financiam a construção de novos rebocadores e obras no estaleiro.

Wilson Sons Limited
Demonstrações financeiras consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
com relatório dos Auditores Independentes

A abertura dos empréstimos por vencimento está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
No primeiro ano	49.780	41.490
No segundo ano	49.029	40.231
Do terceiro ao quinto ano (inclusive)	105.953	107.996
Após cinco anos	170.768	174.038
Total	<u>375.530</u>	<u>363.755</u>
Total circulante	<u>49.780</u>	<u>41.490</u>
Total não circulante	<u>325.750</u>	<u>322.265</u>

	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
No primeiro ano	162.238	162.010
No segundo ano	159.787	157.094
Do terceiro ao quinto ano (inclusive)	345.312	421.701
Após cinco anos	556.552	679.585
Total	<u>1.223.889</u>	<u>1.420.390</u>
Total circulante	<u>162.238</u>	<u>162.010</u>
Total não circulante	<u>1.061.651</u>	<u>1.258.380</u>

Análise dos empréstimos por moeda:

	Real US\$	Real atrelado ao dólar US\$	Dólar norte- americano US\$	Total US\$
31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos	28.437	259.030	88.063	375.530
Total	<u>28.437</u>	<u>259.030</u>	<u>88.063</u>	<u>375.530</u>
31 de dezembro de 2015				
Empréstimos e financiamentos	27.216	266.709	69.830	363.755
Total	<u>27.216</u>	<u>266.709</u>	<u>69.830</u>	<u>363.755</u>

	Real R\$	Real atrelado ao dólar R\$	Dólar norte- americano R\$	Total R\$
31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos	92.678	844.205	287.006	1.223.889
Total	<u>92.678</u>	<u>844.205</u>	<u>287.006</u>	<u>1.223.889</u>
31 de dezembro de 2015				
Empréstimos e financiamentos	106.272	1.041.445	272.673	1.420.390
Total	<u>106.272</u>	<u>1.041.445</u>	<u>272.673</u>	<u>1.420.390</u>

Garantias

Os empréstimos com o BNDES são segurados pela Wilson, Sons de Administração e Comércio Ltda. Para alguns contratos são dados como garantia corporativa: (i) os rebocadores financiados e (ii) equipamentos financiados da logística e operação portuária.

Os empréstimos com o Banco do Brasil são segurados pela Wilson, Sons de Administração e Comércio Ltda. e pelos próprios rebocadores financiados.

Os empréstimos do Tecon Salvador com o IFC são garantidos pela totalidade de suas ações, além dos recebíveis e ativo imobilizado.

O empréstimo entre o Tecon Rio Grande e o Export-Import Bank of China para aquisição de equipamentos é garantido por uma carta-fiança do Banco Itaú BBA S.A., o qual recebe como garantia os próprios equipamentos financiados.

O contrato de empréstimo entre o Tecon Rio Grande e o Santander para aquisição de equipamentos conta com uma garantia corporativa da Wilson, Sons de Administração e Comércio Ltda.

Empréstimos pré-aprovados

Em 31 de dezembro 2016, o Grupo possuía uma linha de crédito disponível de US\$53,2 milhões (R\$173,3 milhões). Para cada desembolso algumas condições precedentes devem ser atendidas.

Valor justo

A Administração estima o valor justo dos empréstimos do Grupo como segue:

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
Empréstimos e financiamentos		
BNDES	201.891	218.190
BB	85.576	75.387
IFC	48.571	59.319
CCB	19.047	-
Santander	14.005	-
Eximbank	5.270	7.356
Finimp	1.170	3.503
Total	<u>375.530</u>	<u>363.755</u>

Wilson Sons Limited
Demonstrações financeiras consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
com relatório dos Auditores Independentes

	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Empréstimos e financiamentos		
BNDES	657.983	851.986
BB	278.900	294.373
IFC	158.297	231.628
CCB	62.077	-
Santander	45.642	-
Eximbank	17.176	28.725
Finimp	3.814	13.678
Total	1.223.889	1.420.390

Cláusulas restritivas de contratos de financiamentos

A Wilson, Sons de Administração e Comércio Ltda. ("WSAC") "holding", como garantidora corporativa, deve cumprir com as cláusulas restritivas de ambos os contratos de financiamento da Wilson, Sons Estaleiros e da Brasco Logística Offshore, assinados com o BNDES.

A subsidiária Tecon Salvador tem que cumprir com cláusulas afirmativas e negativas, declaradas no seu contrato de financiamento com o International Finance Corporation - IFC, incluindo a manutenção de índices específicos de liquidez e estrutura de capital.

A subsidiária Tecon Rio Grande tem de cumprir com cláusulas contratuais para os financiamentos com o BNDES e o Santander, como taxas mínimas de liquidez e estrutura de capital.

Em 31 de dezembro de 2016, a subsidiária não atendeu ao nível mínimo de exigência para o índice "Patrimônio Líquido / Ativo total" do contrato de financiamento com o BNDES. Desta forma a subsidiária precisa obter *waiver* ou constituir garantias reais de 130% do valor da dívida no prazo de até 60 dias contados da data de comunicação feita pelo banco, ou proceder com o pagamento antecipado da dívida. O montante reconhecido referente a este financiamento é de US\$5,1 milhões (R\$16,5 milhões) em 31 de dezembro de 2016. Um *waiver* referente ao índice Patrimônio Líquido / Ativo total será solicitado ao BNDES. Caso não seja obtido, a dívida pode ser liquidada.

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo estava em conformidade com as cláusulas de todos os outros contratos de financiamento.

16 Impostos diferidos

Os principais impostos diferidos ativos e passivos reconhecidos pelo Grupo durante o exercício corrente e o ano anterior estão apresentados a seguir:

	Depreciação acelerada US\$	Diferença de câmbio nos empréstimos US\$	Diferenças temporais US\$	Itens não monetários US\$	Total US\$
Em 01 de janeiro de 2015	(19.910)	24.600	23.463	(41.685)	(13.532)
Débito (crédito) no resultado	4.070	24.999	(3.711)	(27.003)	(1.645)
Impostos diferidos transferidos para impostos correntes	-	(3.859)	-	-	(3.859)
Diferenças de câmbio	43	(4.693)	3.183	-	(1.467)
Em 31 de dezembro de 2015	(15.797)	41.047	22.935	(68.688)	(20.503)
Débito (crédito) no resultado	(6.356)	(14.305)	(727)	22.376	988
Diferenças de câmbio	-	1.437	(1.841)	-	(404)
Em 31 de dezembro de 2016	(22.153)	28.179	20.367	(46.312)	(19.919)

	Depreciação acelerada R\$	Diferença de câmbio nos empréstimos R\$	Diferenças temporais R\$	Itens não monetários R\$	Total R\$
Em 01 de janeiro de 2015	(52.885)	65.342	62.324	(110.724)	(35.943)
Débito (crédito) no resultado	13.303	80.789	(12.107)	(86.999)	(5.014)
Impostos diferidos transferidos para impostos correntes	-	(12.115)	-	-	(12.115)
Efeito da conversão de moeda estrangeira para o real	(22.103)	26.265	22.266	(53.416)	(26.988)
Em 31 de dezembro de 2015	(61.685)	160.281	72.483	(251.139)	(80.060)
Débito (crédito) no resultado	(22.150)	(50.298)	(4.065)	78.898	2.385
Efeito da conversão de moeda estrangeira para o real	11.636	(18.143)	(13.273)	32.537	12.757
Em 31 de dezembro de 2016	(72.199)	91.840	55.145	(139.704)	(64.918)

Alguns ativos e passivos diferidos foram compensados por empresa fiscal. Após as compensações, os saldos de impostos diferidos são apresentados no balanço como se segue:

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
Impostos diferidos passivos	(48.974)	(52.631)
Impostos diferidos ativos	29.055	32.128
Total	(19.919)	(20.503)

Wilson Sons Limited
Demonstrações financeiras consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
com relatório dos Auditores Independentes

	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Impostos diferidos passivos	(159.611)	(205.513)
Impostos diferidos ativos	<u>94.693</u>	<u>125.453</u>
Total	<u>(64.918)</u>	<u>(80.060)</u>

No final do período, o Grupo possui prejuízos fiscais não utilizados de US\$42,5 milhões (R\$138,4 milhões) (2015: US\$17,9 milhões (R\$69,9 milhões)) disponíveis para compensação contra lucros fiscais futuros.

Um imposto diferido ativo no montante de US\$12,4 milhões (R\$40,4 milhões) (2015: US\$6,1 milhões (R\$23,8 milhões)) não foi reconhecido devido à imprevisibilidade desta parcela de fluxos futuros de lucro tributável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são resultantes do imobilizado, estoque e despesas antecipadas de empresas brasileiras com moeda funcional dólar. Os impostos diferidos são calculados com base na diferença entre os saldos do grupo registrados a dólar histórico e os saldos usados em real no cálculo de impostos no Grupo.

Os impostos diferidos ativos e passivos são resultantes dos efeitos cambiais sobre os empréstimos em dólar norte-americano e em real atrelados ao dólar norte-americano que são tributáveis na liquidação dos empréstimos e não no período no qual estes ganhos são originados.

17 Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

	US\$	R\$
Em 01 de janeiro de 2015	15.702	41.708
Aumento da provisão	3.706	12.655
Diferença de câmbio	<u>(5.486)</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2015	13.922	54.363
 Aumento da provisão	 3.361	 10.940
Diferença de câmbio	<u>2.754</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>20.037</u>	<u>65.303</u>

A abertura da provisão por natureza é demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
Processos trabalhistas	13.612	9.211
Processos tributários	4.816	2.492
Processos cíveis	<u>1.609</u>	<u>2.219</u>
Total	<u>20.037</u>	<u>13.922</u>

Wilson Sons Limited
Demonstrações financeiras consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
com relatório dos Auditores Independentes

	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Processos trabalhistas	44.363	35.966
Processos tributários	15.695	9.731
Processos cíveis	5.245	8.666
Total	<u>65.303</u>	<u>54.363</u>

No curso normal das operações no Brasil, o Grupo está exposto a numerosas reivindicações legais locais. A política do Grupo é de contestar rigorosamente tais reivindicações, muitas das quais aparentam ter pouco embasamento no mérito, e gerenciá-las por meio de seus advogados.

Adicionalmente aos processos para os quais o Grupo reconhece provisão para contingências, existem outros processos tributários, cíveis e trabalhistas envolvendo o montante de US\$129,9 milhões (R\$423,4 milhões) (2015: US\$84,1 milhões (R\$328,5 milhões)), cujas probabilidades de perda foram estimadas pelos assessores legais como possíveis.

A abertura das causas possíveis por natureza é demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
Processos tributários	93.271	63.056
Processos trabalhistas	25.232	16.609
Processos cíveis	11.411	4.453
Total	<u>129.914</u>	<u>84.118</u>

	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Processos tributários	303.980	246.220
Processos trabalhistas	82.233	64.856
Processos cíveis	37.190	17.388
Total	<u>423.403</u>	<u>328.464</u>

Os principais processos classificados como prováveis e possíveis estão descritos a seguir:

Tributários - O próprio Grupo legitima contra o governo em relação à taxaço considerada inapropriada.

Trabalhistas - Essas reclamações judiciais referem-se, principalmente, ao pagamento por insalubridade, horas extras, dentre outras.

Cíveis e ambientais - Reivindicações de indenização envolvendo danos materiais, ambientais e de transporte marítimo e outras disputas contratuais.

O procedimento para a classificação dos passivos jurídicos como perda provável, possível ou remota pelos advogados externos:

Após o recebimento da notificação de novos processos judiciais, os assessores legais externos, em geral, classificam a probabilidade de perda como possível, registrando o valor total envolvido. O Grupo tem utilizado como critério de análise o valor estimado que está em risco e não o valor total envolvido em cada processo.

Excepcionalmente, se houver conhecimento suficiente desde o início que há risco muito alto ou muito baixo de perda, o advogado pode classificar a reivindicação como perda provável ou perda remota.

Durante o curso da ação e considerando, por exemplo, a sua primeira decisão judicial, precedentes judiciais, argumentos do requerente, a tese em discussão, a legislação aplicável, a documentação para as variáveis de defesa e outros, o assessor legal pode reclassificar a ação para risco de perda provável ou remota.

Ao classificar a ação com probabilidade de perda provável, o advogado estima o valor em risco para tal afirmação.

18 Arrendamento mercantil financeiro

	Pagamentos mínimos de arrendamento		Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	US\$	US\$	US\$	US\$
Valores devidos de arrendamento financeiro:				
No primeiro ano	1.669	1.517	1.211	1.192
Do segundo ao quinto ano (inclusive)	1.721	2.399	1.085	1.536
	3.390	3.916	2.296	2.728
Menos: débitos financeiros futuros	(1.094)	(1.188)	-	-
Valor presente das obrigações de arrendamento	2.296	2.728	-	-
Total circulante	1.211	1.192	-	-
Total não circulante	1.085	1.536	-	-

	Pagamentos mínimos de arrendamento		Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	R\$	R\$	R\$	R\$
Valores devidos de arrendamento financeiro:				
No primeiro ano	5.439	5.924	3.947	4.655
Do segundo ao quinto ano (inclusive)	5.609	9.368	3.536	5.998
	11.048	15.292	7.483	10.653
Menos: débitos financeiros futuros	(3.565)	(4.639)	-	-
Valor presente das obrigações de arrendamento	7.483	10.653	-	-
Total circulante	3.947	4.655	-	-
Total não circulante	3.536	5.998	-	-

É a política do Grupo obter alguns de seus equipamentos e veículos através de arrendamento mercantil financeiro. O prazo médio de arrendamento mercantil é de 60 meses, nos quais, para o final de dezembro de 2016, restavam 28 meses em média.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2016, a taxa média efetiva de arrendamentos foi de 16,43% a.a. (2015: 16,75% a.a.). As taxas de juros são determinadas na data de assinatura do contrato.

Todos os arrendamentos mercantis incluem um valor fixo de quitação e encargos financeiros variáveis atrelados a taxa de juros brasileira. As taxas de juros variam de 15,86% a.a. a 18,03% a.a. Os leasings são determinados em real.

Não há diferenças significativas entre o valor justo das obrigações de arrendamento mercantil do Grupo e o valor presente das obrigações contratuais. O valor presente é calculado com base na própria taxa de juros sobre os pagamentos futuros de cada contrato.

As obrigações de arrendamento mercantil financeiro do Grupo são garantidas pelos direitos do arrendador sobre os bens arrendados.

19 Contas a pagar operacional e outras contas a pagar

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
Contas a pagar operacional		
Fornecedores	44.462	39.773
Adiantamento de clientes para contratos de construção	4.580	17.858
Total de contas a pagar operacional	<u>49.042</u>	<u>57.631</u>
Outras contas a pagar		
Impostos	12.583	7.704
Provisões e outras contas a pagar	6.008	7.686
Adiantamento de clientes	30	5.241
Total outras contas a pagar	<u>18.621</u>	<u>20.631</u>
Total	<u>67.663</u>	<u>78.262</u>
	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Contas a pagar operacional		
Fornecedores	144.905	155.306
Adiantamento de clientes para contratos de construção	14.928	69.732
Total de contas a pagar operacional	<u>159.833</u>	<u>225.038</u>
Outras contas a pagar		
Impostos	41.009	30.083
Provisões e outras contas a pagar	19.580	30.012
Adiantamento de clientes	98	20.465
Total outras contas a pagar	<u>60.687</u>	<u>80.560</u>
Total	<u>220.520</u>	<u>305.598</u>

Os contratos de construção em andamento no final de cada período são demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
Custos de contratos incorridos; mais receitas reconhecidas; menos perdas reconhecidas até a presente data	3.925	72.019
Menos serviços a faturar	<u>(8.505)</u>	<u>(89.877)</u>
Passivo líquido incluso em fornecedores	<u>(4.580)</u>	<u>(17.858)</u>
	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Custos de contratos incorridos; mais receitas reconhecidas; menos perdas reconhecidas até a presente data	12.792	281.220
Menos: serviços a faturar	<u>(27.720)</u>	<u>(350.952)</u>
Passivo líquido incluso em fornecedores	<u>(14.928)</u>	<u>(69.732)</u>

20 Plano de opção de ações e benefício pós-emprego

20.1 Plano de opções de ações

Em 13 de novembro de 2013, o Conselho Administrativo da Wilson Sons Limited aprovou um plano de opção de ações, permitindo a opção para os participantes elegíveis a serem selecionados pelo Conselho. Os acionistas em assembleia geral extraordinária aprovaram este plano em 8 de janeiro de 2014, incluindo aumento do capital autorizado da Companhia através da criação de até 4.410.927 novas ações. O plano de opções proporciona aos participantes o direito de adquirir ações via *Brazilian Depositary Receipts* ("BDRs") na Wilson Sons Limited, por um preço fixo pré-determinado, não inferior ao preço médio das ações dos três dias anteriores à data da opção de emissão. O Plano de Opção é detalhado abaixo:

Série de opções	Data da concessão	Prazo de carência original	Data de vencimento	Preço de exercício (R\$)	Número	Expirado	Habilitado	Pendente não habilitado	Total subsistente
07 ESO - 3 anos	10/01/2014	10/01/2017	10/01/2024	31,23	961.653	(146.850)	22.044	792.759	814.803
07 ESO - 4 anos	10/01/2014	10/01/2018	10/01/2024	31,23	961.653	(146.850)	22.044	792.759	814.803
07 ESO - 5 anos	10/01/2014	10/01/2019	10/01/2024	31,23	990.794	(151.300)	22.712	816.782	839.494
07 ESO - 3 anos	13/11/2014	13/11/2017	13/11/2024	33,98	45.870	(11.880)	-	33.990	33.990
07 ESO - 4 anos	13/11/2014	13/11/2018	13/11/2024	33,98	45.870	(11.880)	-	33.990	33.990
07 ESO - 5 anos	13/11/2014	13/11/2019	13/11/2024	33,98	47.260	(12.240)	-	35.020	35.020
07 ESO - 3 anos	11/08/2016	11/08/2019	11/08/2026	34,03	82.500	-	-	82.500	82.500
07 ESO - 4 anos	11/08/2016	11/08/2019	11/08/2026	34,03	82.500	-	-	82.500	82.500
07 ESO - 5 anos	11/08/2016	11/08/2019	11/08/2026	34,03	<u>85.000</u>	-	-	<u>85.000</u>	<u>85.000</u>
Total					<u>3.303.100</u>	<u>(481.000)</u>	<u>66.800</u>	<u>2.755.300</u>	<u>2.822.100</u>

As opções expiram na data de vencimento ou imediatamente na demissão de diretor ou funcionário sênior, prevalecendo o ocorrido primeiro. As opções são canceladas se não forem exercidas no prazo de seis meses a contar da data em que o participante deixar de ser funcionário ou exercer suas funções dentro do Grupo em razão de, entre outras: lesões, invalidez ou aposentadoria, ou demissão sem justa causa.

A seguir o valor justo das despesas de outorga a serem contabilizadas nos respectivos períodos, foi determinado utilizando o modelo binomial, com base nos pressupostos detalhados a seguir:

Período iniciado em	Despesas de valor justo projetada conforme IFRS2 (R\$)	Despesas de valor justo projetado IFRS2 US\$
10 de janeiro de 2014	7.507	2.826
10 de janeiro de 2015	7.848	3.296
10 de janeiro de 2016	8.234	3.409
10 de janeiro de 2017	5.606	2.255
10 de janeiro de 2018	3.061	1.192
10 de janeiro de 2019	788	256
10 de janeiro de 2020	386	123
10 de janeiro de 2021	133	42
Total	<u>33.563</u>	<u>13.399</u>

10 de janeiro 2014

Preço de fechamento da ação (em reais)	R\$30,05
Volatilidade esperada	28%
Expectativa de vida	10 anos
Taxa livre de risco	10,8%
Rendimento esperado dos dividendos	1,7%

A volatilidade esperada foi determinada pelo cálculo da volatilidade histórica do preço das ações do Grupo. A expectativa de vida usada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração para o exercício das restrições e considerações comportamentais.

20.2 Benefício pós-emprego

No Brasil o Grupo opera um sistema de seguro médico privado para os seus funcionários, para o qual contribuições fixas mensais são requeridas. De acordo com as leis brasileiras, os funcionários elegíveis com mais de dez anos de serviços adquirem o direito de permanecer no plano após a aposentadoria ou demissão do emprego, gerando um compromisso pós-emprego para o Grupo. Ex-empregados remanescentes no plano serão responsáveis por pagar o custo total para continuar membro plano, mantendo sua adesão. O valor presente das obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2016 é de US\$0,6 milhões (R\$2,1 milhões) (2015: US\$1,3 milhões (R\$5,1 milhões)). O futuro atuarial passivo para o Grupo se relaciona com o potencial aumento de custos dos planos resultantes de créditos adicionais como resultado da associação expandida do regime.

Premissas atuariais

O cálculo do passivo gerado pelo compromisso pós-emprego envolve premissas atuariais. A seguir estão as principais premissas atuariais na data do balanço:

Premissas econômicas e financeiras

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Taxa de juros anual	11,35%	14,17%
Inflação estimada de longo prazo	5,00%	6,50%
Crescimentos dos custos pela idade (<i>Aging Factor</i>)	2,50% a.a.	2,50% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	2,50% a.a.	2,50% a.a.

Premissas biométricas e demográficas

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Hipóteses sobre rotatividade	22,7%	22,7%
Tábua de mortalidade em geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválido	IAPB-1957	IAPB-1957
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Idade de aposentadoria	100% aos 62 anos	100% aos 62 anos
Percentual de empregados que optarão por permanecer no plano após aposentadoria/desligamento	23%	23%
Composição familiar antes da aposentadoria:		
Probabilidade de casados	90% dos participantes	90% dos participantes
Diferença de idade para os participantes ativos	Homens 4 anos mais velhos que as mulheres	Homens 4 anos mais velhos que as mulheres
Composição familiar após a aposentadoria	Composição real do grupo familiar	Composição real do grupo familiar

A análise de sensibilidade

O valor presente do passivo atuarial futuro pode mudar, dependendo das condições do mercado e premissas atuariais. Mudanças em uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
CiPBO(*) - taxa de desconto + 0,5%	(41)	(96)	(134)	(374)
CiPBO(*) - taxa de desconto - 0,5%	52	108	169	421
CiPBO(*) - Custo de saúde tendência de taxa +1,0%(*)	112	239	364	933
CiPBO(*) - Custo de saúde tendência de taxa - 1,0%	(84)	(190)	(274)	(741)

(*)CiPBO mudanças significativas no projeto de obrigação de benefício

21 Patrimônio líquido

Capital social

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
71.144.000 de ações ordinárias emitidas e integralizadas	9.905	9.905
	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
71.144.000 de ações ordinárias emitidas e integralizadas	26.815	26.815

Dividendos

O Conselho Administrativo aprovou a política de dividendos definida em 2014, propondo a distribuição de um montante de cerca de 50% do lucro líquido da Companhia, desde que:

- A política de dividendos não comprometa a política de crescimento da Companhia, seja através da aquisição de outras empresas, ou em razão do desenvolvimento de novos negócios.
- O Conselho de Administração considere que o pagamento de tal dividendo seja do interesse da Companhia e de acordo com as leis às quais a Companhia está sujeita.

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
Valores reconhecidos como distribuições aos acionistas no período:		
Dividendo final pago referente ao exercício de 31 de dezembro de 2015		
US\$0,50 (2014: US\$0,408) por ação	35.572	29.027

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico diluído por ação é baseado nos seguintes dados:

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da controladora	<u>84.892</u>	<u>30.184</u>	<u>292.550</u>	<u>105.120</u>
Número médio de ações	71.144.000	71.144.000	71.144.000	71.144.000
Lucro básico por ação (centavos por ação)	119,32	42,43	411,21	147,76
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	73.966.100	74.093.000	73.966.100	74.093.000
Lucro diluído por ação (centavos por ação)	114,77	40,74	395,52	141,88

Reserva de capital

Reservas de capital são constituídas, principalmente, de receitas que, em períodos anteriores, foram requeridas por lei para serem transferidas para reservas de capital e outros lucros não disponíveis para distribuição, ágio na emissão de ações com o IPO e ganhos/perdas com aquisição e venda de participação de não controladores.

Reserva legal

O montante equivalente a 5% do lucro líquido anual da Companhia é destinado e classificado em conta específica denominada "Reservas de lucros" limitado a 20% do capital integralizado da Companhia. A companhia não reconhece qualquer reserva de lucro por já ter atingido 20% do capital integralizado.

Pagamento adicional de capital

O pagamento adicional de capital é originado da compra de participações de não controladores na Brasco, da venda de ações para não controladores do Tecon Salvador em 2011 e da compra de participações de não controladores do Tecon Salvador em 2016.

Reserva para Ajuste acumulado de conversão

O ajuste acumulado de tradução, é originado das diferenças de conversão nas operações com moeda funcional diferente do dólar norte-americano.

22 Subsidiárias

Os detalhes das subsidiárias da Companhia no encerramento das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Local de operação e incorporação	Proporção da participação acionária	
		31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Companhia controladora			
Wilson, Sons de Administração e Comércio Ltda.	Brasil	100%	100%
Vis Limited ⁽¹⁾	Guernesei	-	100%
WS Participações S.A.	Brasil	100%	100%
WS Participaciones S.A.	Uruguai	100%	100%
Wilson, Sons Administração de Bens Ltda.	Brasil	100%	100%
Rebocagem			
Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos S.A.	Brasil	100%	100%
Estaleiro			
Wilson, Sons Comércio, Indústria e Agência de Navegação Ltda.	Brasil	100%	100%
Wilson, Sons Estaleiro Ltda.	Brasil	100%	100%
Agenciamento marítimo			
Wilson, Sons Agência Marítima Ltda.	Brasil	100%	100%
Transamérica Visas Serviços de Despachos Ltda.	Brasil	100%	100%
Logística			
Wilson, Sons Logística Ltda.	Brasil	100%	100%
EADI Santo André Terminal de Carga Ltda.	Brasil	100%	100%
Consórcio EADI Santo André	Brasil	100%	100%
Allink Transportes Internacionais Ltda. ⁽²⁾	Brasil	50%	50%
Terminal portuário			
Brasco Logística Offshore Ltda.	Brasil	100%	100%
Tecon Rio Grande S.A.	Brasil	100%	100%
Tecon Salvador S.A.	Brasil	100%	92.5%
Wilport Operadores Portuários Ltda.	Brasil	100%	100%

⁽¹⁾ Em 17 de outubro de 2016, a Vis Limited foi incorporada pela Wilson Sons Limited.

⁽²⁾ O Grupo entende ter o controle da Allink Transportes Internacionais Ltda., mesmo possuindo apenas 50% das ações da empresa. Allink Transportes Internacionais Ltda. controla 100% da Allink Serviços e Gerenciamento de Cargas Ltda.

Em 2 de fevereiro de 2016, o Grupo, através de suas subsidiárias, concluiu a aquisição de 7,5% das ações ordinárias do Tecon Salvador S.A. por um preço de US\$5,1 milhões (R\$20,7 milhões) da Intermarítima Terminais Ltda. A contraprestação incluiu US\$2,6 milhões em espécie (R\$10,5 milhões) e quitação da dívida no total de US\$2,8 milhões (R\$11,3 milhões). Em função dessa alteração, a Wilson Sons passa a deter 100% das ações da subsidiária.

23 Operações conjuntas e empreendimentos controlados em conjunto

O Grupo tem as seguintes participações significativas em operações em conjunto e empreendimentos controlados em conjunto no final do período:

	Local de incorporação e operação	Proporção de participação acionária	
		31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Rebocagem			
Consórcio de Rebocadores Barra de Coqueiros ⁽¹⁾	Brasil	50%	50%
Consórcio de Rebocadores Baía de São Marcos ⁽¹⁾	Brasil	50%	50%
Logística			
Porto Campinas, Logística e Intermodal Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	50%	50%
Offshore			
Wilson. Sons Ultratug Participações S.A. ⁽²⁾	Brasil	50%	50%
Atlantic Offshore. ⁽³⁾	Panamá	50%	50%

⁽¹⁾ Operação em conjunto.

⁽²⁾ Wilson, Sons Ultratug Participações S.A. controlada Wilson, Sons Offshore S.A. e Magallanes Navegação Brasileira S.A. Estas últimas duas empresas são empreendimentos controlados em conjunto indireto da Wilson Sons Limited.

⁽³⁾ Atlantic Offshore S.A. controlada South Patagonia S.A. Esta empresa é um empreendimento controlado em conjunto indireto da Wilson Sons Limited.

23.1 Operações conjuntas

Os seguintes valores estão incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo como resultado da consolidação proporcional das operações em conjunto listadas no quadro anterior.

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Receita	14.490	14.699	50.204	49.356
Despesa	(7.315)	(5.463)	(25.316)	(18.190)
Resultado Líquido	7.175	9.236	24.888	31.166
	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Ativos intangíveis	47	57	152	221
Imobilizado	2.798	2.448	9.118	9.559
Estoques	340	258	1.107	1.009
Contas a receber operacional e outros recebíveis	2.615	1.608	8.524	6.282
Caixa e equivalentes de caixa	614	1.139	2.002	4.446
Total do ativo	6.414	5.510	20.903	21.517
Fornecedores e outras contas a pagar	(6.362)	(5.153)	(20.733)	(20.123)
Impostos diferidos passivos	(52)	(357)	(170)	(1.394)
Total do passivo	(6.414)	(5.510)	(20.903)	(21.517)

23.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Os seguintes valores não são consolidados em demonstrações financeiras do Grupo, pois são consideradas como empreendimentos controlados em conjunto. A participação do Grupo em tais empreendimentos controlados em conjunto é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Receita	141.728	141.975	490.181	471.960
Custos de matéria-prima e bens de consumo	(7.522)	(4.835)	(26.924)	(15.904)
Despesa com pessoal	(41.382)	(40.226)	(143.283)	(132.209)
Depreciação e amortização	(34.912)	(35.460)	(121.996)	(118.285)
Outras despesas operacionais	(17.063)	(15.534)	(58.250)	(51.572)
Perda na venda de imobilizado	(2.202)	(576)	(8.862)	(1.992)
Resultado operacional	38.647	45.344	130.866	151.998
Receitas financeiras	2.661	1.117	9.193	277
Despesas financeiras	(21.218)	(18.362)	(74.012)	(60.794)
Ganho (perda) cambial na conversão	9.591	(15.799)	33.782	(46.654)
Lucro antes dos impostos	29.681	12.300	99.829	44.827
Imposto de renda e contribuição social	(13.535)	(2.613)	(46.809)	(10.406)
Lucro Líquido do exercício	16.146	9.687	53.020	34.421
Participação acionária	50%	50%	50%	50%
Resultado de equivalência	8.073	4.843	26.510	17.211
	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Imobilizado	674.476	666.656	2.198.185	2.603.154
Investimentos de longo prazo	2.066	2.041	6.733	7.970
Outros ativos	3.752	2.470	12.226	9.645
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	42.494	32.415	138.492	126.574
Derivativos	261	-	851	-
Caixa e equivalentes de caixa	10.859	21.011	35.391	82.044
Total do Ativo	733.908	724.593	2.391.878	2.829.387
Empréstimos e financiamentos	533.771	547.550	1.739.613	2.138.073
Outros passivos não circulantes	30.295	21.819	98.734	85.199
Fornecedores e outras contas a pagar	82.114	81.126	267.617	316.781
Patrimônio Líquido	87.728	74.098	285.914	289.334
Total do patrimônio líquido e passivo	733.908	724.593	2.391.878	2.829.387

Garantias

Os financiamentos da Wilson, Sons Offshore (subsidiária da Wilson, Sons Ultratug Participações S.A.) com o BNDES são garantidos pelo penhor dos PSV's financiados e, na maioria dos contratos, pela garantia corporativa da Wilson, Sons Administração e Comércio e da Remolcadores Ultratug Ltda., cada uma garantindo 50% do saldo da dívida de sua subsidiária com o BNDES.

Os financiamentos da Magallanes Navegação Brasileira (subsidiária da Wilson, Sons Ultratug Participações S.A.) com o Banco do Brasil são garantidos pelo penhor dos PSV's financiados. O pacote de garantias também inclui uma carta de crédito de cessão fiduciária emitida pelo Banco de Crédito e Inversiones - Chile para parte do saldo da dívida, designação de contratos de longo-prazo da Petrobras e uma garantia corporativa emitida pela Inversiones Magallanes Ltda - Chile. Uma conta corrente restrita, contabilizada no grupo de investimentos de longo prazo no valor de US\$2,1 milhões (R\$6,7 milhões) será mantida até a liquidação do financiamento.

O contrato de empréstimo entre a Atlantic Offshore, o Deutsche Verkehrs-Bank "DVB" e o Norddeutsche Landesbank Girozentrale "Nord/LB" para o financiamento do navio de apoio offshore "Pardela" é garantido por um penhor sobre o navio, por ações da Atlantic Offshore e uma garantia corporativa da Wilson, Sons de Administração e Comércio. Remolcadores Ultratug Ltda, que é o parceiro no negócio, garante a outra metade do empréstimo.

Cláusulas restritivas

Anualmente, o empreendimento controlado em conjunto Magallanes Navegação Brasileira S.A. precisa cumprir com cláusulas financeiras específicas. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia estava em conformidade com todas as cláusulas destes contratos de empréstimos.

A Atlantic Offshore S.A. tem que cumprir com cláusulas restritivas de seus dois contratos de financiamento com os bancos Deutsche Verkehrs-Bank "DVB" e Norddeutsche Landesbank Girozentrale Trade "Nord/LB". A Atlantic Offshore S.A. recebeu um perdão temporário sobre a não conformidade com o índice de cobertura do serviço da dívida para ambos os empréstimos até 31 de março de 2017 e está em conformidade com as demais cláusulas restritivas.

Em 24 de fevereiro de 2017, foi acordada uma mudança na base de cálculo do índice de cobertura do serviço da dívida com os dois credores da Atlantic Offshore S.A., e, desta forma, a empresa está em conformidade com todas as cláusulas destes contratos de empréstimos.

Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

No curso normal das operações no Brasil, a Wilson, Sons Ultratug Offshore S.A. (WSUT) continua exposta a numerosas reivindicações legais locais. A política da WSUT é de contestar rigorosamente tais reivindicações, muitas das quais aparentam ter pouco embasamento no mérito, e gerenciá-las por meio de seus assessores legais.

A WSUT provisionou contingências relativas a causas trabalhistas num montante acumulado de US\$0,02 milhão (R\$0,1 milhão) (2015: US\$ 0,1 milhão (R\$0,3 milhão)), cujas probabilidades de perda foram estimadas como prováveis.

Adicionalmente aos processos para os quais a WSUT reconhece provisões de contingências, existem outros processos tributários, cíveis e trabalhistas envolvendo o montante de US\$13,9 milhões (R\$45,1 milhões) (2015: US\$9,7 milhões (R\$37,8 milhões)), cujas probabilidades de perda foram estimadas pelos assessores legais como possíveis.

Wilson Sons Limited
Demonstrações financeiras consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
com relatório dos Auditores Independentes

A abertura das causas possíveis por natureza está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
Processos tributários	10.066	7.600
Processos trabalhistas	3.784	2.089
Processos cíveis	-	1
Total	<u>13.850</u>	<u>9.690</u>
	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Processos tributários	32.805	29.675
Processos trabalhistas	12.331	8.157
Processos cíveis	-	5
Total	<u>45.136</u>	<u>37.837</u>

Cobertura de seguro

A principal cobertura de seguros em vigor em 31 dezembro 2016 contratado pelo Grupo:

Risco	Objeto	Cobertura US\$	Cobertura R\$
Cascos marítimos	RC Proteção e indenização (armadores)*	11.500.000	37.479.650
Cascos marítimos	Navios de apoio a plataforma	<u>939.091</u>	<u>3.060.591</u>
Total		<u>12.439.091</u>	<u>40.540.241</u>

* Limite disponível para todos os membros do clube P&I.

23.3 Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial estão demonstrados abaixo:

31 de dezembro de 2016									
Moeda	Número de ações	Participação societária - %	Capital social	Patrimônio líquido ajustado da investida	Eliminação do lucro em contratos de construção	Resultado ajustado da investida	Resultado de participação em empreendimentos controlados em conjunto	Investimento	
Wilson, Sons Ultratug Participações S.A.	US\$ 45.816.550	50,00	25.131	81.975	(43.269)	22.850	11.425	19.353	
Atlantic Offshore S.A.	US\$ 10.000	50,00	8.010	5.753	-	(6.704)	(3.352)	2.877	
Total				87.728	(43.269)	16.146	8.073	22.230	
Wilson, Sons Ultratug Participações S.A.	R\$ 45.816.550	50,00	45.817	267.164	(141.018)	77.746	38.873	63.074	
Atlantic Offshore S.A.	R\$ 10.000	50,00	18.345	18.750	-	(24.726)	(12.363)	9.376	
Total				285.914	(141.018)	53.020	26.510	72.450	

31 de dezembro de 2015									
Moeda	Número de ações	Participação societária - %	Capital social	Patrimônio líquido ajustado da investida	Eliminação do lucro em contratos de construção	Resultado ajustado da investida	Resultado de participação em empreendimentos controlados em conjunto	Investimento	
Wilson, Sons Ultratug Participações S.A.	US\$ 45.816.550	50,00	25.131	61.911	(37.499)	6.876	3.438	12.207	
Atlantic Offshore S.A.	US\$ 10.000	50,00	8.010	12.187	-	2.811	1.405	6.094	
Total				74.098	(37.499)	9.687	4.843	18.301	
Wilson, Sons Ultratug Participações S.A.	R\$ 45.816.550	50,00	45.817	241.747	(146.426)	25.612	12.806	47.666	
Atlantic Offshore S.A.	R\$ 10.000	50,00	18.345	47.587	-	8.809	4.405	23.796	
Total				289.334	(146.426)	34.421	17.211	71.462	

Abaixo a reconciliação do saldo de investimentos em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o impacto do lucro reconhecido pelos empreendimentos controlados em conjunto.

	Investimentos	
	US\$	R\$
Em 01 de janeiro de 2015	11.500	30.546
Resultado de participação em empreendimentos controlados em conjunto	4.843	17.211
Eliminação do lucro no contrato de construção	1.472	4.749
Derivativos	486	1.192
Efeito da conversão de moeda estrangeira para o real	-	17.764
Em 31 de dezembro de 2015	18.301	71.462
Resultado de participação de empreendimentos controlados em conjunto	8.073	26.510
Eliminação do lucro no contrato de construção	(4.278)	(13.782)
Derivativos	134	427
Efeito da conversão de moeda estrangeira para o real	-	(12.167)
Em 31 de dezembro de 2016	22.230	72.450

24 Arrendamento mercantil

O Grupo como arrendatário

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacionais reconhecidos no resultado em 31 de dezembro de 2016 foram de US\$17,2 milhões (R\$59,7 milhões) (2015: US\$20,0 milhões (R\$65,7 milhões)).

Os compromissos de arrendamento mercantil para áreas operacionais e construções têm prazo de 5 à 30 anos e são reconhecidos como despesas de acordo com vencimento dos mesmos.

Há contratos de arrendamento mercantil operacionais que representam as obrigações contratuais mínimas do aluguel entre Tecon Rio Grande e a autoridade portuária de Rio Grande e entre Tecon Salvador e a autoridade portuária de Salvador.

Tecon Rio Grande

A concessão mínima do Tecon Rio Grande expira em 2022 e possui a opção de renovar a concessão por no máximo mais 25 anos.

Com relação à opção de renovação de contrato de concessão do Tecon Rio Grande, a autoridade portuária de Rio Grande, em contrapartida aos investimentos realizados, garantiu à Companhia o direito de renovar o contrato, desde que o governo do Estado continua a ser a autoridade delegada da área, ou de outra forma legal, a propriedade da mesma.

Os pagamentos garantidos do Tecon Rio Grande consistem em dois elementos: um aluguel fixo, mais uma taxa por 1.000 contêineres movimentados com base em volumes mínimos previstos.

Tecon Salvador

Em 16 de novembro de 2016, a subsidiária Tecon Salvador S.A. celebrou o segundo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento, que prorroga o prazo de vigência do contrato por mais 25 anos, até março de 2050, e estabelece o compromisso da Companhia com a realização de investimentos de expansão e manutenção até o final do contrato de concessão. Os investimentos mínimos relacionados à expansão da área de arrendamento totalizam aproximadamente R\$ 398 milhões, valor este com data-base de dezembro 2013. Os investimentos deverão ser realizados em três fases ao longo do prazo do arrendamento, para garantir que o terminal alcance a capacidade dinâmica de 925 mil (novecentos e vinte cinco mil) TEUs por ano. A primeira fase de construção deve ter início em nove meses após a assinatura do aditivo contratual e será finalizada em até vinte e quatro meses a contar do início da referida construção (investimento total de R\$255 milhões, valor com data-base de dezembro de 2013). A segunda fase deve ser realizada até 2030 (investimento total de R\$29 milhões, valor com data-base de dezembro de 2013). E a terceira fase deve ser realizada até 2034 (investimento total de R\$114 milhões, valor com data-base de dezembro de 2013). Adicionalmente há investimentos que totalizam R\$317 milhões relacionados à manutenção da área operacional atual e reposição dos equipamentos, que devem ser realizados até 2050.

Os pagamentos garantidos do Tecon Salvador consistem em três elementos: um aluguel fixo, uma taxa por contêiner movimentado baseado em volumes mínimos previstos, e uma taxa por tonelada de carga não containerizada movimentada baseada em volumes mínimos previstos.

No final do período, o Grupo tinha compromissos em aberto para pagamentos mínimos futuros de *leasing* operacionais com os seguintes vencimentos:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	US\$	US\$	R\$	R\$
No primeiro ano	16.968	15.655	55.300	61.130
Do segundo ao quinto ano (inclusive)	54.136	51.660	176.435	201.722
Maior que cinco anos	198.725	47.751	647.665	186.458
Total	<u>269.829</u>	<u>115.066</u>	<u>879.400</u>	<u>449.310</u>

O Grupo como arrendador

O Grupo arrenda parte de ativos e maquinários relacionados às operações dedicadas, que foram descontinuadas no segmento logística. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 os pagamentos futuros mínimos de leasing sob o regime de arrendamentos operacionais não canceláveis foram totalmente recebidos (2015: US\$0,2 milhão (R\$0,5 milhão)). Além disso, os aluguéis relacionados aos arrendamentos operacionais não canceláveis foram reconhecidos no resultado do exercício pelo valor de US\$0,1 milhão (R\$0,5 milhões) (2015: US\$0,9 milhão (R\$3,1 milhões)).

25 Instrumentos financeiros e risco de crédito

a. Gerenciamento do risco de capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital do Grupo consiste em dívida (na qual inclui os empréstimos divulgados na Nota 15), caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, divulgados na Nota 14, e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora incluindo capital social, reservas e lucros acumulados, conforme divulgado na Nota 21.

b. Categorias dos instrumentos financeiros

	Valor Justo		Valor contábil	
	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$
Instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	75.001	90.401	75.001	90.401
Investimentos de curto prazo	37.400	40.723	37.400	40.723
Contas a receber operacional	54.247	43.540	54.247	43.540
Outros recebíveis	82.088	80.636	82.088	80.636
Total dos instrumentos financeiros - empréstimos e recebíveis	<u>248.736</u>	<u>255.300</u>	<u>248.736</u>	<u>255.300</u>
Instrumentos financeiros classificados como custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	375.530	363.755	375.530	363.755
Contas a pagar operacional	49.042	57.631	49.042	57.631
Outras contas a pagar	18.621	20.631	18.621	20.631
Total de instrumentos financeiros - custo amortizado	<u>443.193</u>	<u>442.017</u>	<u>443.193</u>	<u>442.017</u>
Instrumentos financeiros classificados como hedge de fluxo de caixa				
Derivativos	1.662	2.886	1.662	2.886
Total	<u>444.855</u>	<u>444.903</u>	<u>444.855</u>	<u>444.903</u>
	Valor Justo		Valor contábil	
	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	244.436	352.998	244.436	352.998
Investimentos de curto prazo	121.890	159.015	121.890	159.015
Contas a receber operacional	176.797	170.016	176.797	170.016
Outros recebíveis	267.532	314.867	267.532	314.867
Total dos instrumentos financeiros - empréstimos e recebíveis	<u>810.655</u>	<u>996.896</u>	<u>810.655</u>	<u>996.896</u>
Instrumentos financeiros classificados como custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	1.223.889	1.420.390	1.223.889	1.420.390
Contas a pagar operacional	159.833	225.038	159.833	225.038
Outras contas a pagar	60.687	80.560	60.687	80.560
Total de instrumentos financeiros - custo amortizado	<u>1.444.409</u>	<u>1.725.988</u>	<u>1.444.409</u>	<u>1.725.988</u>
Instrumentos financeiros classificados como hedge de fluxo de caixa				
Derivativos	5.418	11.268	5.418	11.268
Total	<u>1.449.827</u>	<u>1.737.256</u>	<u>1.449.827</u>	<u>1.737.256</u>

c. Objetivos do gerenciamento de risco financeiro

O Grupo monitora e gerencia os riscos financeiros relacionados às operações. Um comitê de risco financeiro se reúne periodicamente para avaliar os riscos financeiros e decidir sobre mitigação de riscos baseado em diretrizes estabelecidas na política de risco financeiro do Grupo.

Estes riscos incluem risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O objetivo principal é minimizar a exposição a esses riscos utilizando instrumentos financeiros e avaliando e controlando os riscos de crédito e liquidez. O Grupo pode operar com derivativos e outros instrumentos financeiros somente com objetivo de proteção (*hedge*).

d. Gerenciamento do risco de câmbio

Os fluxos de caixa operacionais estão sujeitos à variação de moeda, pois estão parcialmente denominados em real. Essas proporções variam de acordo com as características de cada negócio.

Parte dos fluxos de caixa dos investimentos em ativos fixos são denominados em real. Esses investimentos estão sujeitos às variações de moeda no momento entre a fixação do preço de compra de bens ou contratação de serviços e o pagamento efetivo desses bens e serviços. Os recursos e suas aplicações são monitorados com o intuito de confrontar o fluxo de caixa de moeda e a data de vencimento.

O Grupo possui parte de seus contratos de dívida atrelados ao real e caixa e equivalentes de caixa parte denominados em reais e parte em dólar norte-americano.

Em termos gerais, para o fluxo de caixa operacional, o Grupo procura neutralizar o risco cambial através de receitas e despesas correspondentes. Além disso, o Grupo busca gerar um excedente de caixa operacional na mesma moeda em que o serviço da dívida de cada negócio é denominado.

Os saldos contábeis desses ativos e passivos monetários em moeda estrangeira no encerramento das informações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Ativos		Passivos	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	US\$	US\$	US\$	US\$
Transações em dólar	256.549	370.096	206.286	315.553

	Ativos		Passivos	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
	R\$	R\$	R\$	R\$
Transações em real	836.118	1.445.151	672.307	1.232.171

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A análise de sensibilidade apresentada nos quadros seguintes, que se refere à posição em 31 de dezembro de 2016, estima os impactos da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. Três cenários de taxa de câmbio foram elaborados: o cenário mais provável (provável) e dois possíveis cenários de deterioração de 25% (possível) e 50% (remoto) na taxa de câmbio. O Grupo utiliza o relatório Focus publicado pelo Banco Central do Brasil para determinar o cenário provável.

31 de dezembro de 2016

Taxas de câmbio (i)						
		Cenário provável R\$3,5000 / US\$1,00	Cenário possível (25%) R\$4,3750 / US\$1,00	Cenário remoto (50%) R\$5,2500 / US\$1,00		
Operação	Risco	Montante em dólares	Resultado	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Total dos ativos	R\$	256.549	Efeito do câmbio	(17.658)	(65.436)	(97.288)
Total dos passivos	R\$	206.286	Efeito do câmbio	14.198	52.616	78.228
Resultado líquido				(3.460)	(12.820)	(19.060)
Operação	Risco	Montante em reais	Resultado	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Total dos ativos	R\$	836.118	Efeito do câmbio	(57.549)	(213.263)	(317.072)
Total dos passivos	R\$	672.307	Efeito do câmbio	46.274	171.481	254.952
Resultado líquido				(11.275)	(41.782)	(62.120)

(i) Fonte de informação: Relatório Focus BACEN de 20 de janeiro de 2017.

31 de dezembro de 2015

Taxas de câmbio (ii)						
		Cenário provável R\$4,3000 / US\$1,00	Cenário possível (25%) R\$5,3750 / US\$1,00	Cenário remoto (50%) R\$6,4500 / US\$1,00		
Operação	Risco	Montante em dólares	Resultado	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Total dos ativos	R\$	370.096	Efeito do câmbio	(34.014)	(101.231)	(146.042)
Total dos passivos	R\$	315.553	Efeito do câmbio	29.001	86.312	124.519
Resultado líquido				(5.013)	(14.919)	(21.523)
Operação	Risco	Montante em reais	Resultado	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Total dos ativos	R\$	1.445.151	Efeito do câmbio	(132.818)	(395.287)	(570.265)
Total dos passivos	R\$	1.232.171	Efeito do câmbio	113.243	337.031	486.222
Resultado líquido				(19.575)	(58.256)	(84.043)

(ii) Fonte de informação: Relatório Focus BACEN de 22 de janeiro de 2016.

e. Gerenciamento do risco da taxa de juros

A maioria dos empréstimos do Grupo é vinculada a taxas fixas. A maior parte dos empréstimos a taxa fixa do Grupo são como o FMM.

Outros empréstimos são expostos a taxas flutuantes, como segue:

- TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo no Brasil) para financiamentos em reais por meio de linha de crédito FINAME para operações portuárias e operações logísticas;
- DI (Taxa de Juros Brasileira Interbancário) para financiamentos em reais para operações de logística, e
- Libor - semestral (Taxa Interbancária do Mercado de Londres) para financiamentos denominados em dólar norte-americano para operações portuárias (Eximbank).

Os investimentos denominados em real rendem taxas de juros correspondentes à variação diária de DI para títulos privados emitidos e/ou "Selic-Over" para títulos do governo. Os investimentos em dólares norte-americanos são parte em depósitos a prazo, com vencimentos em curto prazo.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

O Grupo não contabiliza nenhum ativo financeiro ou taxa de juros passiva pelo seu valor justo através do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de emissão do relatório não mudaria o resultado. O Grupo utiliza duas fontes de informação importantes para estimar o cenário provável, a BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros) e Bloomberg.

A análise seguinte compreende uma eventual variação das receitas ou despesas associadas com as operações e cenários apresentados sem considerar seus valores justos.

Wilson Sons Limited
Demonstrações financeiras consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
com relatório dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2016

Libor (i) e CDI (ii) e TJLP			
Operação	Cenário provável	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Empréstimos - Libor	1,70%	2,13%	2,55%
Empréstimos - CDI	11,14%	13,93%	16,71%
Empréstimos - TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Investimentos - Libor	1,88%	2,31%	2,73%
Investimentos - CDI	11,14%	13,93%	16,71%

Operação	Risco	Montante em dólares	Resultado	Cenário provável	Cenário Possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Empréstimo - Libor	Libor	88.041	Juros	(217)	(420)	(623)
Empréstimo - TJLP	TJLP	27.441	Juros	-	(324)	(643)
Empréstimo - Fixo	Não existe	260.026	Não existe	-	-	-
Total de empréstimos		375.508		(217)	(744)	(1.266)
Investimentos	Libor	51.500	Resultado	-	195	390
Investimentos	CDI	51.112	Resultado	(1.650)	(232)	1.187
Total dos investimentos		102.612		(1.650)	(37)	1.577
Efeito líquido				(1.867)	(781)	311

Operação	Risco	Montante em reais	Resultado	Cenário provável	Cenário Possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Empréstimo - Libor	Libor	286.934	Juros	(708)	(1.370)	(2.031)
Empréstimo - TJLP	TJLP	89.433	Juros	-	(1.056)	(2.096)
Empréstimo - Fixo	Não existe	847.450	Não existe	-	-	-
Total de empréstimos		1.223.817		(708)	(2.426)	(4.127)
Investimentos	Libor	167.842	Resultado	-	635	1.270
Investimentos	CDI	166.580	Resultado	(5.379)	(755)	3.868
Total dos investimentos		334.422		(5.379)	(120)	5.138
Efeito líquido				(6.087)	(2.546)	1.011

(i) Fonte de Informação: Bloomberg, relatório de 11 de janeiro de 2017.

(ii) Fonte de Informação: BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros), relatório de 10 de janeiro de 2017.

O efeito líquido foi obtido considerando um período de 12 meses iniciado em 31 de dezembro de 2016 no qual a taxa de juros varia e todas as demais variáveis são mantidas constantes. Os cenários expressam a diferença entre a taxa dos cenários e a taxa real.

O mix da taxa de juros de investimentos é 46,49% Libor e 46,14% CDI.

31 de dezembro de 2015

Libor (i) e CDI (ii) e TJLP			
Operação	Cenário provável	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Empréstimos - Libor	1,03%	1,29%	1,55%
Empréstimos - CDI	15,20%	19,00%	22,80%
Empréstimos - TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Investimentos - Libor	1,04%	1,30%	1,56%
Investimentos - CDI	15,20%	19,00%	22,80%

Operação	Risco	Montante em dólares	Resultado	Cenário provável	Cenário Possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Empréstimo - Libor	Libor	69.830	Juros	(239)	(362)	(485)
Empréstimo - TJLP	TJLP	25.329	Juros	-	(303)	(601)
Empréstimo - Fixo	Não existe	268.596	Não existe	-	-	-
Total de empréstimos		363.755		(239)	(665)	(1.086)
Investimentos	Libor	43.639	Resultado	-	108	217
Investimentos	CDI	80.387	Resultado	1.420	4.650	7.880
Total dos investimentos		124.026		1.420	4.758	8.097
Efeito líquido				1.181	4.093	7.011

Operação	Risco	Montante em reais	Resultado	Cenário provável	Cenário Possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Empréstimo - Libor	Libor	272.673	Juros	(933)	(1.414)	(1.895)
Empréstimo - TJLP	TJLP	98.904	Juros	-	(1.183)	(2.348)
Empréstimo - Fixo	Não existe	1.048.813	Não existe	-	-	-
Total de empréstimos		1.420.390		(933)	(2.597)	(4.243)
Investimentos	Libor	170.403	Resultado	-	423	847
Investimentos	CDI	313.894	Resultado	5.543	18.156	30.769
Total dos investimentos		484.297		5.543	18.579	31.616
Efeito líquido				4.610	15.982	27.373

(i) Fonte de Informação: Bloomberg, relatório de 15 de janeiro de 2016
(ii) Fonte de Informação: BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros), relatório de 15 de janeiro de 2016

O efeito líquido foi obtido considerando um período de 12 meses iniciado em 31 de dezembro de 2015 no qual a taxa de juros varia e todas as demais variáveis são mantidas constantes. Os cenários expressam a diferença entre a taxa dos cenários e a taxa real.

O mix da taxa de juros de investimentos é 37,28% Libor e 62,72% CDI.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo pode ter contratos de derivativos para gerenciar os riscos decorrentes de flutuações nas taxas de juros. Todas essas operações são realizadas dentro dos limites definidos pelo Comitê de Gestão de Riscos. Geralmente, o Grupo procura aplicar *hedge accounting*, a fim de gerir a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

O Grupo utiliza *hedge* de fluxo de caixa para limitar sua exposição que pode resultar da variabilidade das taxas de juros flutuantes. Em 16 de setembro de 2013, Tecon Salvador celebrou um contrato de *swap* de taxa de juros com um valor inicial nominal de US\$74,4 milhões para cobrir uma parte de sua dívida de taxa flutuante com o IFC. Em 31 de dezembro de 2016 o valor nominal foi de US\$48,6 milhões, equivalente ao montante da dívida nesta data. Este *swap* converte a taxa de juros flutuante, com base na Taxa Interbancária do Mercado de Londres, ou LIBOR, em juros de taxa fixa e expira em março de 2020. Os derivativos foram firmados com o Santander Brasil como contraparte, cujo *rating* de crédito foi AA, em 31 de dezembro de 2016, de acordo com a Standard& Poor's brasileira, escala de classificação local.

Tecon Salvador é obrigado a pagar à contraparte um fluxo de pagamentos de juros fixos a taxas fixas de 0,553% até 4,250%, de acordo com o programado no contrato e, por sua vez, recebe pagamentos de juros variáveis baseados na LIBOR semestral. As receitas líquidas ou pagamentos do *swap* são registrados como despesa financeira.

	US\$ Saídas	R\$ Saídas
No primeiro ano	(712)	(2.322)
No segundo ano	(787)	(2.562)
Do terceiro ao quinto ano (inclusive)	(395)	(1.290)
Após cinco anos	-	-
	<u>(1.894)</u>	<u>(6.174)</u>
Valor justo	<u>(1.894)</u>	<u>(6.174)</u>

Valor Justo

O valor justo do *swap* foi estimado com base na curva de rendimento em 31 de dezembro de 2016 e representa o seu valor contábil. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do *swap* de taxa de juros no passivo foi de US\$1,9 milhões; e o saldo em outros resultados abrangentes acumulados, no balanço patrimonial consolidado, foi de US\$2,4 milhões. A variação líquida no valor justo do *swap* de taxa de juros registrada como outros resultados abrangentes para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foi uma perda depois de impostos de US\$1,4 milhões.

31 de dezembro de 2016	Valor Nominal US\$	Maturidade	US\$ Valor justo	R\$ Valor justo
Ativo financeiro				
Swap de taxa de juros	48.571	Mar/2020	<u>(1.894)</u>	<u>(6.174)</u>
Total			<u>(1.894)</u>	<u>(6.174)</u>

Análise de Sensibilidade para Derivativos

Esta análise é baseada nas variações da taxa de juros Libor semestral que o Grupo considera razoavelmente possível no final do período de divulgação. A análise assume que todas as outras variáveis, em especial as taxas de câmbio estrangeira, permaneçam constantes e ignora qualquer impacto na previsão de vendas e compras. Três cenários foram elaborados: o cenário provável (Provável) e dois possíveis cenários de redução de 25% (Possível) e 50% (Remoto) da taxa de juros.

31 de dezembro de 2016

Cenário provável US\$	Cenário possível (25%) US\$	Cenário remoto (50%) US\$	Cenário provável R\$	Cenário possível (25%) R\$	Cenário remoto (50%) R\$
(1.889)	(2.221)	(2.558)	(6.158)	(7.239)	(8.338)

Hedge de Fluxo de caixa

O Grupo procura aplicar a contabilização de operações de hedge (*hedge accounting*), a fim de gerir a volatilidade no resultado. Se um swap é designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa, ele é contabilizado como ativo ou passivo, na consolidação do balanço, a valor justo. A parcela efetiva de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer parcela ineficaz de mudança no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o instrumento de *hedge* deixa de cumprir os critérios de contabilização de operações de *hedge*, expira ou é vendido, terminado ou exercido, ou a designação é revogada, o modelo de contabilização de operações de *hedge* (*hedge accounting*) é descontinuado prospectivamente quando não há mais expectativa de que a transação prevista ocorra, então o saldo do patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

Na designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, o Grupo documenta formalmente a relação entre o instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gestão de risco e estratégia na execução da operação de *hedge* e o risco coberto, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a eficácia da relação de *hedge*. O Grupo faz uma avaliação, tanto no início do contrato, como sobre uma base contínua, analisando se os instrumentos de *hedge* serão altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos objetos de *hedge* atribuíveis ao risco coberto, e se os resultados reais de cada cobertura estão dentro do intervalo de 80 - 125 por cento.

Segundo esta metodologia, o *swap* foi considerado altamente eficaz para o período findo em 31 de dezembro de 2016. Não houve inefetividade do *hedge* reconhecido no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2016.

f. Gerenciamento do risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, limites de crédito e reservas de captações monitorando continuamente o fluxo de caixa previsto e real, procurando adequar permanentemente os prazos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de Liquidez é o risco em que o Grupo encontrará dificuldades em cumprir com obrigações associadas ao seu passivo financeiro que estão estabelecidos para pagamentos em dinheiro ou outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo em administrar liquidez visa assegurar que o Grupo sempre tenha liquidez suficiente para cumprir obrigações que expiram sob condições de tensão ou normais, sem causar perda inaceitável ou risco de dano à reputação do Grupo.

O Grupo assegura que tem dinheiro suficiente para cumprir as despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento das obrigações financeiras. Esta prática exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais.

Os seguintes quadros detalham o vencimento do saldo do Grupo para passivos financeiros não derivativos. Os quadros abaixo foram elaborados considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros baseados nas datas mais recentes nas quais o Grupo pode ser requerido a pagar. Os quadros incluem tanto os juros como o principal dos fluxos de caixa.

31 de dezembro de 2016	Média ponderada das taxas de juros %	Menor que 12 meses US\$	1-5 anos US\$	Maior que 5 anos US\$	Total US\$
Taxa variável de juros dos instrumentos financeiros	3,73%	27.762	75.307	12.435	115.504
Taxa fixa de juros dos instrumentos financeiros	2,85%	22.018	79.675	158.333	260.026
		49.780	154.982	170.768	375.530

31 de dezembro de 2016	Média ponderada das taxas de juros %	Menor que 12 meses R\$	1-5 anos R\$	Maior que 5 anos R\$	Total R\$
Taxa variável de juros dos instrumentos financeiros	3,73%	90.479	245.432	40.528	376.439
Taxa fixa de juros dos instrumentos financeiros	2,85%	71.759	259.667	516.024	847.450
		162.238	505.099	556.552	1.223.889

31 de dezembro de 2015	Média ponderada das taxas de juros %	Menor que 12 meses US\$	1-5 anos US\$	Maior que 5 anos US\$	Total US\$
Taxa variável de juros dos instrumentos financeiros	3,22%	17.292	68.460	9.407	95.159
Taxa fixa de juros dos instrumentos financeiros	2,91%	24.198	79.767	164.631	268.596
		41.490	148.227	174.038	363.755

31 de dezembro de 2015	Média ponderada das taxas de juros %	Menor que 12 meses R\$	1-5 anos R\$	Maior que 5 anos R\$	Total R\$
Taxa variável de juros dos instrumentos financeiros	3,22%	67.523	267.323	36.731	371.577
Taxa fixa de juros dos instrumentos financeiros	2,91%	94.487	311.472	642.854	1.048.813
		162.010	578.795	679.585	1.420.390

g. Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo pode ser atribuído principalmente aos seus saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Os valores apresentados como contas a receber no balanço são apresentados líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O Grupo aplica seu excedente de caixa em títulos públicos e privados de acordo com as normas aprovadas pela Administração, que seguem a política do Grupo para concentração de risco de crédito. As aplicações com risco de crédito privado são feitas apenas em instituições financeiras de primeira linha.

A política de vendas do Grupo se subordina às normas de crédito fixadas pela Administração, que procuram minimizar as eventuais perdas decorrentes de inadimplência.

		US\$		R\$	
	Nota	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa e equivalentes de caixa	14	75.001	90.401	244.436	352.998
Investimentos de curto prazo	14	37.400	40.723	121.890	159.015
Contas a receber operacional	13	54.247	43.540	176.797	170.016
Outros recebíveis	13	82.088	80.636	267.532	314.867
Exposição ao risco de crédito		<u>248.736</u>	<u>255.300</u>	<u>810.655</u>	<u>996.896</u>

h. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Grupo encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 por valores compatíveis aos seus pelo valores justos nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais que visam à obtenção de liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado e confirma que suas aplicações financeiras de curto prazo, estão sendo ajustadas a mercado corretamente.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento é requerido para a interpretação dos saldos de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

IFRS 7 estabelece uma hierarquia de valor justo que prioriza as entradas para técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. A hierarquia dá a máxima prioridade à preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (mensurações Nível 1) e menor prioridade para mensurações que envolvem transações relevantes não observáveis (mensurações Nível 3). Os três níveis de hierarquia do valor justo são as seguintes:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras transações além dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são transações para o ativo ou passivo, seja diretamente (exemplo: preços) ou indiretamente (exemplo: derivados dos preços).
- Nível 3: transação para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado relevantes (transações não relevantes).

Todos os instrumentos financeiros do Grupo (conforme divulgado na Nota 25 b) são considerados de nível 2. Não havia valores relacionados aos níveis 1 e 3 em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015.

i. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em contas correntes mantidas em bancos têm seus valores de mercado consistentes aos saldos contábeis.

Investimentos

O valor registrado dos investimentos de curto prazo e longo prazo se aproxima do seu valor justo.

Contas a receber e outros recebíveis / contas a pagar

A Administração do Grupo considera que o saldo contábil das contas a receber e outros recebíveis e contas a pagar está próximo ao seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos financiamentos foi calculado com base no seu valor presente apurado pelos fluxos de caixa futuros e utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos. As mensurações de valor justo reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas são agrupadas em níveis, baseadas no grau em que cada valor justo é observável.

O valor justo para os contratos do BNDES, BB, IFC, CCB, Santander, Finimp e Eximbank é similar aos respectivos saldos contábeis uma vez que não existem instrumentos similares com datas de vencimento e taxas de juros comparáveis.

26 Transações com partes relacionadas

As transações entre a Companhia e suas subsidiárias que são partes relacionadas foram eliminadas na consolidação e não são divulgadas nesta nota. As transações entre o Grupo e suas associadas, controladas em conjunto, outras partes relacionadas e outros investimentos estão divulgadas a seguir:

	Ativos (Passivos) circulante US\$	Receitas US\$	Despesas US\$
Joint ventures:			
1. Allink Transportes Internacionais Ltda.	5	9	108
2. Consórcio de Rebocadores Barra de Coqueiros	145	-	-
3. Consórcio de Rebocadores Baía de São Marcos	2.483	623	5
4. Wilson, Sons Ultratug e subsidiárias	15.529	19.640	-
5. Atlantic Offshore S.A.	13.622	-	-
6. Intermaritima Terminais Ltda.	-	-	-
Outros:			
7. Gouvêa Vieira Advogados	-	-	79
8. CMMR Intermediação Comercial Ltda.	-	-	182
Em 31 de dezembro de 2016	<u>31.784</u>	<u>20.272</u>	<u>374</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>6.752</u>	<u>22.176</u>	<u>315</u>

	Ativos (Passivos) circulante R\$	Receitas R\$	Despesas R\$
Joint ventures:			
1. Allink Transportes Internacionais Ltda.	16	30	355
2. Consórcio de Rebocadores Barra de Coqueiros	473	-	-
3. Consórcio de Rebocadores Baía de São Marcos	8.092	2.198	18
4. Wilson, Sons Ultratug e subsidiárias	50.611	66.977	-
5. Atlantic Offshore S.A.	44.395	-	-
6. Intermaritima Terminais Ltda.	-	-	-
Outros:			
7. Gouvêa Vieira Advogados	-	-	268
8. CMMR Intermediação Comercial Ltda.	-	-	630
Em 31 de dezembro de 2016	<u>103.587</u>	<u>69.205</u>	<u>1.271</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>26.366</u>	<u>77.399</u>	<u>831</u>

- Allink Transportes Internacionais Ltda. é controlada em 50% pelo Grupo e aluga armazém de terminal do Grupo. Allink Transportes Internacionais Ltda controla 100% da Allink Serviços e Gerenciamento de Cargas Ltda.
3. As transações com empreendimento controlados conjunto estão divulgadas como resultado dos montantes proporcionais não eliminados na consolidação.
- Empréstimos com Wilson, Sons Ultratug (taxa de juros - 0,3% a.m., sem vencimento) e outras contas a pagar e a receber da Wilson, Sons Offshore e Magallanes.
- Empréstimos com Atlantic Offshore S.A.
- Em 2 de fevereiro de 2016, a Wilson Sons concluiu a aquisição dos 7,5% das ações ordinárias da Tecon Salvador S.A. da Intermaritima Terminais Ltda. (Os detalhes estão divulgados na Nota 22).
- Dr. J. F. Gouvêa Vieira é sócio no Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira. Os honorários foram pagos ao Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira por seus serviços jurídicos prestados.
- O Sr. C. M. Marote é acionista e Diretor da CMMR Intermediação Comercial Ltda. Os honorários foram pagos à CMMR Intermediação Comercial Ltda. por seus serviços de consultoria prestados para o segmento de rebocagem.

A Companhia adotou a política de compensação de ativos e passivos no Grupo de transações de partes relacionadas.

Wilson Sons Limited
Demonstrações financeiras consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
com relatório dos Auditores Independentes

27 Notas referentes às demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Lucro antes dos impostos	121.940	70.834	422.176	240.639
Menos: Receitas financeiras	(23.042)	(12.583)	(81.038)	(41.977)
Mais: Variação ganho (perda) cambiais na conversão	(6.839)	15.806	(23.752)	51.584
Menos: Resultado de participação em empreendimentos controlados em conjunto	(8.073)	(4.843)	(26.510)	(17.211)
Mais: Despesas financeiras	17.621	45.403	61.038	149.707
Resultado operacional das operações	101.607	114.617	351.914	382.742
Ajustes:				
Despesa de depreciação e amortização	52.584	53.213	182.298	174.787
Ganho (perda) na alienação de bens do ativo imobilizado	(745)	1.294	(2.314)	4.966
Provisão para pagamentos baseados em ações	3.410	3.314	11.872	11.058
Benefício pós emprego	198	149	686	515
Aumento (redução) das provisões	6.456	(1.839)	21.642	(6.123)
Fluxo de caixa operacional antes das variações do capital de giro	163.510	170.748	566.098	567.945
Redução de estoques	12.858	4.175	43.104	13.939
Aumento (redução) de contas a receber de clientes e outros recebíveis	(21.862)	15.838	(75.671)	52.963
Aumento de contas a pagar	(7.115)	(5.419)	(24.364)	(17.564)
Aumento (redução) de outros ativos de longo prazo	(5.389)	5.988	(18.066)	19.992
Caixa gerado por operações	142.002	191.330	491.101	637.275
Impostos de renda pagos	(34.412)	(22.690)	(120.143)	(74.697)
Juros pagos - Empréstimos	(12.291)	(13.296)	(42.592)	(44.150)
Juros pagos - Leasing	(383)	(341)	(1.309)	(1.145)
Juros pagos - Outros	(82)	(510)	(291)	(1.914)
Caixa líquido de atividades operacionais	94.834	154.493	326.766	515.369

Transações que não afetam o caixa

Durante o exercício, o Grupo utilizou-se de investimentos e atividades de financiamento que não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa:

	31 de dezembro de 2016 US\$	31 de dezembro de 2015 US\$	31 de dezembro de 2016 R\$	31 de dezembro de 2015 R\$
Adições de ativo				
Aquisição de equipamentos através de arrendamento mercantil	171	402	664	1.159
Juros capitalizados	761	1.470	2.832	5.223
Aquisição de participação não controladores				
Reversão de dívidas referente à aquisição de não controladores	(2.802)	-	(11.329)	-
Contas a pagar referentes à aquisição de não controladores	1.850	-	6.203	-
Impostos liquidados				
Compensações de imposto de renda	2.376	(2.440)	7.964	(8.146)

28 Remuneração dos executivos

A remuneração dos diretores, que são os executivos do Grupo, está apresentada a seguir, agregada por categorias:

	2016 US\$	2015 US\$	2016 R\$	2015 R\$
Benefícios salariais de curto prazo	10.573	8.684	37.013	27.870
Benefícios pós-emprego e encargos sociais	1.440	1.173	4.997	3.866
Opção de ações	3.410	3.314	11.872	7.893
Total	15.423	13.171	53.882	39.629

29 Cobertura de Seguros

As principais coberturas de seguros em vigor em 31 de dezembro de 2016 contratadas pelo Grupo:

Tipo de Risco	Objeto	Cobertura US\$	Cobertura R\$
RC Marítimo	RC Proteção e responsabilidade cível (armadores) ⁽¹⁾	7.600.000	24.769.160
Cascos marítimos	Rebocadores	305.503	995.666
RC Operadores portuários	RC Operador Portuário (incluindo bens móveis e imóveis), Terminais (incluindo bens móveis e imóveis) operações logísticas	80.000	260.728
Automóveis	Danos no casco do veículo	100% FIPE ⁽²⁾	100% FIPE ⁽²⁾
Propriedade (Multiline)	Prédios, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas	36.820	120.000
Risco - Construtor	Construção Naval	15.737	51.290
Administradores e diretores	Responsabilidade civil dos administradores	15.342	50.000
RCTR-C	Responsabilidade civil dos transportadores de carga	3.068	10.000
	Responsabilidade civil para reparo em embarcações de terceiros	614	2.000
RC Reparador Naval	RC Proteção e perda de receita (serviços de agenciamento)	500	1.630
RC Serviços de agenciamento			
Total		8.057.584	26.260.474

⁽¹⁾ Limite disponível para todos os membros do clube P&I

⁽²⁾ A Tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) expressa os preços médios dos veículos no mercado brasileiro

30 Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2017.

Declaração da administração

Em conformidade com o artigo 25, inciso V da Instrução CVM 480 de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da WILSON SONS LTD, uma Companhia de capital aberto, registrada no Ministério brasileiro da Fazenda sob o CNPJ 05.721.735/0001-28, com sede em Clarendon House, 2 Church Street, Hamilton HM 11 - Bermudas, declara que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras e com o relatório dos auditores independentes.